



# RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO - 2022

Anexo II – Instrução Normativa  
TC 20/2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E  
CONTROLE





## Sumário

INTRODUÇÃO .....	5
I - INFORMAÇÕES E ANÁLISE SOBRE MATÉRIA ECONÔMICA, FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA E SOCIAL RELATIVA AO MUNICÍPIO, INCLUSIVE MEDIANTE UTILIZAÇÃO DE INDICADORES QUANDO DEFINIDOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS E DISPONIBILIZADOS EM SEUS SISTEMAS ELETRÔNICOS. ....	6
<b>Análise da situação Econômica e financeira do Município .....</b>	<b>6</b>
<b>Análise sobre a situação administrativa .....</b>	<b>6</b>
<b>Análise da atuação da gestão em relação aos aspectos sociais .....</b>	<b>13</b>
II - DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS PROGRAMAS DO ORÇAMENTO FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTOS, COM INDICAÇÃO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS E EXECUTADAS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NA LOA. ....	20
<b>Metas financeiras .....</b>	<b>20</b>
<b>Metas físicas .....</b>	<b>23</b>
III - INFORMAÇÕES E ANÁLISE SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL E PRIORIDADES ESCOLHIDAS PELO MUNICÍPIO NA LDO, BEM COMO A EXECUÇÃO DAS METAS ESCOLHIDAS PELA POPULAÇÃO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	23
IV - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS EM QUE O MUNICÍPIO, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DETENHA A MAIORIA DO CAPITAL SOCIAL COM DIREITO A VOTO; .....	24
V - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO: .....	25
VI - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR, LIQUIDADOS E NÃO LIQUIDADOS, EXISTENTES AO FINAL DO EXERCÍCIO, BEM COMO SOBRE AS DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES REGISTRADAS NO BALANÇO GERAL: .....	25
VII - DEMONSTRATIVO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS:.....	25
VIII - EM RELAÇÃO AO DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO: .....	25
IX - DEMONSTRATIVOS DOS INDICADORES FISCAIS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, RELATIVOS A DESPESAS COM PESSOAL, OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ENDIVIDAMENTO E DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS, INDICANDO AS RAZÕES DO NÃO ALCANCE DAS METAS FISCAIS OU DA EXTRAPOLAÇÃO DE LIMITES,	





BEM COMO INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS PARA MELHORIA DA GESTÃO E EQUILÍBRIO FISCAL E PARA RETORNO AOS LIMITES: ..... 25

**Limite de Gastos com Pessoal ..... 25**

**Limite da Dívida Pública ..... 28**

**Garantias e Contra Garantias de Valores ..... 29**

**Limite de Operações de Créditos ..... 31**

**Metas de Arrecadação ..... 32**

**Metas de Despesa ..... 32**

**Resultado Orçamentário (Corrente + Capital + Intra-orçamentárias) ..... 33**

**Comparação entre as Receitas e Despesas (Corrente + Capital) ..... 35**

**Resultado Primário ..... 37**

**Resultado Nominal ..... 37**

**Dos gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde: ..... 39**

**Dos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE: ..... 40**

XI - INFORMAÇÃO SOBRE OS VALORES ANUAIS DAS DESPESAS REALIZADAS REFERENTES A AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS, POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO AS DECORRENTES DE DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO: ..... 43

XII - INFORMAÇÃO SOBRE O QUANTITATIVO DE SERVIDORES EFETIVOS NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E EM COMISSÃO NÃO INTEGRANTES DO QUADRO EFETIVO: ..... 43

XIII - INFORMAÇÃO SOBRE O QUANTITATIVO DE CONTRATAÇÕES POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO (ART. 37, IX, CONSTITUIÇÃO FEDERAL), NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, INDICANDO AS NORMAS LEGAIS AUTORIZATIVAS, COM INDICAÇÃO DO VALOR ANUAL; ..... 44

XIV - INFORMAÇÃO SOBRE O QUANTITATIVO DE CONTRATOS DE ESTÁGIO COM INDICAÇÃO DOS VALORES MENSAL E ANUAL; ..... 44

XV - INFORMAÇÕES REFERENTES AOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COM DETALHAMENTO DOS POSTOS DE TRABALHO, RESPECTIVAS FUNÇÕES E VALORES MENSAL E ANUAL; ..... 44





XVI - DEMONSTRATIVO DOS GASTOS COM DIVULGAÇÃO, PUBLICIDADE E PROPAGANDA POR MEIO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:.....44

XVII - RELAÇÃO DE CONVÊNIOS COM UNIÃO E ESTADO REALIZADOS NO EXERCÍCIO E OS PENDENTES DE RECEBIMENTO, INDICANDO O NÚMERO DO TERMO, DATA, VALOR ACORDADO, VALOR REPASSADO, VALOR A RECEBER, RESPECTIVOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM RAZÃO DO CONVÊNIO E DEMAIS INFORMAÇÕES PERTINENTES: .....45

XVIII - RELATÓRIO SOBRE EVENTOS JUSTIFICADORES DE SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA, COM OS REFLEXOS ECONÔMICOS E SOCIAIS, BEM COMO DISCRIMINAÇÃO DOS GASTOS EXTRAORDINÁRIOS REALIZADOS PELO ENTE PARA ATENDIMENTO ESPECÍFICO AO EVENTO, INDICANDO NÚMERO DO EMPENHO: .....51

XIX - MANIFESTAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL EM RELAÇÃO ÀS RESSALVAS E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS EMITIDAS NOS PARECERES PRÉVIOS DOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES: .....51

XX - DEMONSTRATIVO DOS VALORES ARRECADADOS DECORRENTES DE DECISÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS QUE IMPUTARAM DÉBITO A RESPONSÁVEIS, INDIVIDUALIZADOS POR TÍTULO, COM INDICAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS EM RELAÇÃO AOS TÍTULOS PENDENTES DE EXECUÇÃO PARA RESSARCIMENTO AO ERÁRIO: .....53

XXI – AVALIAÇÃO SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS PREVISTAS NA LEI (FEDERAL) Nº 13.005/2014 (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE) E NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME):.....53

XXII - OUTRAS INFORMAÇÕES PREVIAMENTE SOLICITADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS. ....61

XXIII – CONCLUSÃO.....61





## INTRODUÇÃO

O Sistema de Controle Interno tem como objetivos básicos assegurar a boa gestão dos recursos públicos e apoiar o controle externo na sua missão institucional de fiscalizar os atos da administração, relacionados à execução contábil, financeira, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Para o cumprimento destes objetivos, o controle interno deve atuar de forma preventiva, antes que ações ilícitas, incorretas ou impróprias possam atentar contra os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil, principalmente os dispostos em seu art. 37.

Subentende-se, desta forma, que o controle interno na administração pública deve, sobretudo, possibilitar ao cidadão a transparência na gestão dos recursos públicos. Desta forma, o Sistema de Controle Interno deve servir como instrumento de transparência, de eficiência e eficácia, de responsabilização e de prestação de contas de recursos públicos (*accountability*).

Contudo, em cumprimento as atribuições indicadas nos artigos 6º e 7º da Lei Municipal nº 1417 de 30 de julho de 2001, Decreto nº 591/2006 de Regulamentação do Sistema de Controle Interno Municipal, alterado pelo Decreto nº 1083/2007, Instrução Normativa IN TC nº 20/2015, dentre outras normas pertinentes, a Secretaria Municipal de Gestão e Controle de Navegantes, com base nos dados apurados nos Órgãos Setoriais de Controle Interno e em Balanço, emite o presente relatório sobre as contas anuais (CONSOLIDADAS) do Prefeito relativamente ao exercício de 2022.





**I - Informações e análise sobre matéria econômica, financeira, administrativa e social relativa ao Município, inclusive mediante utilização de indicadores quando definidos pelo Tribunal de Contas e disponibilizados em seus sistemas eletrônicos.**

#### **Análise da situação Econômica e financeira do Município**

1)	Liquidez Corrente (Ativo Circulante ÷ Passivo Circulante)	<u>467.405.125,09</u> 17.479.777,92	26,74
2)	Liquidez Financeira (ativo financeiro – inv. e apl. Temp.) ÷ passivo financeiro	<u>465.998.096,39 – 296.505.616,38 (sem contar o RPPS)</u> 67.079.091,91	2,53
3)	% despesa corrente s/ receita corrente (Despesa corrente ÷ Receita corrente)	<u>435.916.344,59</u> 551.447.082,73	0,79
4)	Evolução do PL (PL Atual - PL Anterior) ÷ PL Anterior x 100	<u>453.514.249,49 - 313.500.259,26</u> x 100 313.500.259,26	45,66%

- Como se pode visualizar nos índices acima, o Município possui uma ótima liquidez corrente, sendo que para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo, sem considerar estoques e despesas antecipadas, o Município dispõe de R\$ 26,74. No entanto, este índice contempla o ativo financeiro do Instituto de Previdência. Retirando o Instituto de Previdência e considerando o Ativo Financeiro ao invés do Circulante, tem-se a liquidez financeira, sendo que para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo o Município dispõe de R\$ 2,53. Em relação à execução orçamentária (Indicador de Poupança Corrente), é possível observar que o Município gastou com despesas correntes R\$ 0,79 para cada R\$ 1,00 de receita corrente arrecadada. A evolução do patrimônio líquido do Município ficou em 45,66% em relação ao exercício anterior, ou seja, o patrimônio líquido aumentou em aproximadamente 140 milhões de reais. Contudo, é possível inferir que o Município dispõe de condição financeira, orçamentária e patrimonial favorável.

#### **Análise sobre a Situação Administrativa**

- O Município de Navegantes conta com 18 Secretarias, 5 Fundações públicas, 4 Fundos e uma autarquia (RPPS). A estrutura organizacional do Município foi instituída através da Lei Complementar nº 62/2009. Esta lei complementar sofreu alterações ao longo dos anos, porém não determina adequadamente uma hierarquia e setores, bem como não institui as atribuições dos cargos, causando inúmeros problemas de ordem administrativa na gestão pública municipal. Foi desenvolvido um estudo de reforma administrativa, visando sanar os problemas da estrutura atual, que resultou em uma minuta de projeto de lei, porém não houve consenso interno, motivo pelo qual o referido projeto não foi enviado ao Legislativo até o final do ano de 2020. Este problema, que persiste há mais de 10 anos, vem provocando o aumento gradativo dos problemas de ordem administrativa no Município, prejudicando processos, fluxos, apuração de responsabilidades e, conseqüentemente, o sistema de controle interno. No ano de 2021 uma nova gestão assumiu o Município, analisou a minuta, porém entende a necessidade de criação de uma nova estrutura administrativa. O Município contratou serviços de consultoria e assessoria na elaboração de proposta de reforma administrativa, proposta de novo plano de cargos e salários e proposta de novo estatuto dos servidores públicos, visando a resolução definitiva da situação (Contrato nº 22/2022 – Contratada: Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM).

- Com exceção da autarquia, todas as compras, gestão de pessoal e contabilidade são realizadas de forma centralizada, na Secretaria de Administração (compras e pessoal) e na Secretaria de Finanças, toda a contabilidade.



- Alguns procedimentos internos são definidos em decretos que regulamentam temas específicos, outros que se relacionam com controle são instituídos através de instruções normativas de controle interno e os demais variam como leis ou apenas com comunicações internas. Existe uma grande deficiência no estabelecimento claro de procedimentos e responsabilidades em geral, havendo a necessidade de todo um mapeamento dos processos e formalização do instrumento legal para o instituir.

- A comunicação interna ainda é realizada por instrumentos diversos como Comunicações internas (C.Is) impressas, Comunicações Internas por meio de sistema eletrônico, portal do Município, e-mails, intranet e, até mesmo, jornais e mídias sociais.

- O Município aprovou recentemente a Lei n. 3616/2021 que institui o programa “Navegantes sem Papel”, cujo objetivo é instituir fluxos e procedimentos eletrônicos em toda a gestão municipal, desde a comunicação interna, até os procedimentos administrativos (compras, pessoal, atendimentos etc.). O Município já contratou sistema informatizado para gerenciamento e desenvolvimento de todo o fluxo eletrônico de procedimentos, visando a modernização administrativa, o controle e a transparência e, atualmente, o sistema já está em funcionamento, sendo que os procedimentos internos estão migrando gradativamente para o meio digital.

- A infraestrutura tecnológica do Município comporta uma diversidade e grande quantidade de equipamentos de informática, porém nem todas as atividades/setores estão informatizadas. A infraestrutura de rede do Município é toda em fibra óptica, proporcionando acesso à rede por qualquer unidade descentralizada no âmbito do Município. Por outro lado, o Município utiliza muitos sistemas os quais uns estão integrados e outros não, necessitando de melhorias no que concerne a integração de sistemas e otimização de processos. Atualmente quase todos os sistemas estruturantes (compras, estoques, patrimônio e contabilidade) migraram e estão funcionando em uma nova plataforma, integrada, em nuvem, o que representa um avanço. Os sistemas de Folha de Pagamento e Tributos ainda não migraram, porém estão em fase de revisão da base de dados para a migração.

- É importante ressaltar que, apesar da infraestrutura de equipamentos, o Setor de Tecnologia da Informação do Município ainda possui escassez de mão de obra, levando-se em consideração a dimensão da administração municipal, o que impacta no desenvolvimento de Políticas de Tecnologia da Informação visando a segurança da informação e a modernização administrativa.

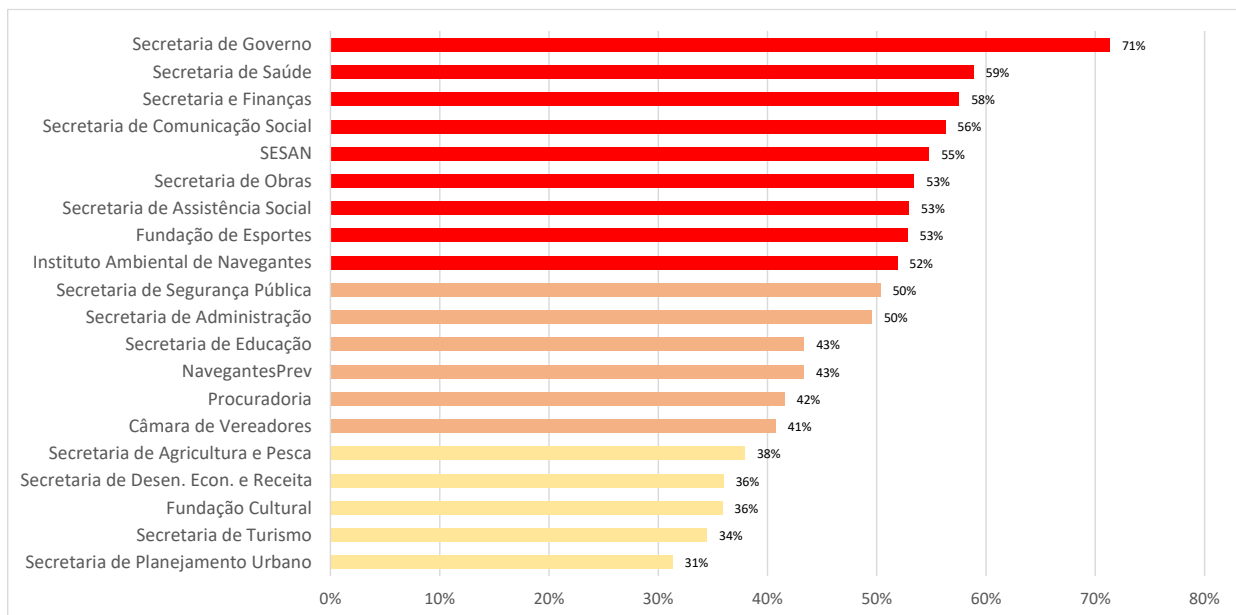
- A ausência de mapeamento de processos é um dos pontos fracos do Município na área administrativa e de controle, prejudicando os controles internos em diversos procedimentos. No entanto, com a informatização dos processos, este mapeamento vem sendo construído aos poucos para a migração para o sistema de tramitação eletrônica de documentos.

- Considerando vários outros fatores e desenvolvendo as atividades de controle interno com base no modelo COSO de Controle Interno, o Órgão Central do Sistema de Controle Interno no Município realiza a análise de riscos nos órgãos da administração municipal, que serve de base para ações a serem promovidas no âmbito do Controle Interno Municipal. Nesta avaliação, são considerados diversos indicadores de gestão, como forma de tornar a análise mais objetiva. Ao final do ano de 2022, o mapa de riscos do Município, na avaliação da Secretaria Municipal de Gestão e Controle, apresentou o seguinte resultado:



## Mapa de Risco por Órgão - Exercício 2022

Órgão/Entidade	Resum.	1 Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Acum.
Secretaria de Planejamento Urbano	Urb	26%	31%	30%	32%	36%	33%	31%
Secretaria de Turismo	Tur	20%	19%	76%	32%	28%	31%	34%
Fundação Cultural	Cul	27%	28%	28%	28%	77%	28%	36%
Secretaria de Desen. Econ. e Receita	Eco	21%	78%	29%	30%	29%	28%	36%
Secretaria de Agricultura e Pesca	Agr	29%	35%	79%	28%	29%	28%	38%
Câmara de Vereadores	Cam	28%	37%	36%	73%	36%	35%	41%
Procuradoria	Pro	22%	81%	22%	80%	24%	21%	42%
NavegantesPrev	Pre	38%	83%	36%	36%	34%	33%	43%
Secretaria de Educação	Edu	50%	50%	35%	39%	45%	43%	43%
Secretaria de Administração	Adm	48%	70%	56%	35%	56%	32%	50%
Secretaria de Segurança Pública	Seg	42%	50%	38%	48%	84%	40%	50%
Instituto Ambiental de Navegantes	Ian	13%	25%	81%	80%	80%	32%	52%
Fundação de Esportes	Esp	27%	77%	79%	31%	77%	27%	53%
Secretaria de Assistência Social	Ass	42%	80%	83%	42%	43%	28%	53%
Secretaria de Obras	Obr	52%	53%	53%	55%	53%	54%	53%
SESAN	Ses	40%	34%	88%	41%	89%	38%	55%
Secretaria de Comunicação Social	Com	38%	77%	77%	43%	77%	27%	56%
Secretaria e Finanças	Fin	36%	82%	83%	31%	81%	32%	58%
Secretaria de Saúde	Sau	44%	91%	40%	41%	91%	46%	59%
Secretaria de Governo	Gov	76%	77%	47%	77%	77%	76%	71%







## Mapa de Risco por Atividade 2022

ÓRGÃO	ATIVIDADE / PESO / CATEGORIA	% RISCO DA ATIVIDADE	% RISCO DO ÓRGÃO	% RISCO FINAL	SEVERIDADE DO RISCO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	AS - ACESSUAS TRABALHO E CURSOS DE GERAÇÃO DE RENDA	38%	53%	46%	Moderado
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	AS - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)	55%	53%	54%	Moderado
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	AS - BENEFÍCIOS EVENTUAIS	55%	53%	54%	Moderado
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	AS - CADASTRO ÚNICO E BOLSA FAMÍLIA	39%	53%	46%	Moderado
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FROTAS E TRANSPORTES	50%	53%	51%	Moderado
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	AS - INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES	56%	53%	55%	Moderado
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO DE ADULTOS/DEPENDENTES QUÍMICOS	57%	53%	55%	Moderado
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	AS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PSB) - CRAS	52%	53%	52%	Moderado
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	AS - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - CREAS	48%	53%	51%	Moderado
FUNDAÇÃO CULTURAL	FCN - BIBLIOTECA PÚBLICA CRUZ E SOUSA	27%	36%	32%	Baixo
FUNDAÇÃO CULTURAL	FCN - CESSÃO DO AUDITÓRIO DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA	55%	36%	46%	Moderado
FUNDAÇÃO CULTURAL	FCN - ESCOLA DE ARTE DONA BENTICA	51%	36%	43%	Moderado
FUNDAÇÃO CULTURAL	FCN - LICENÇA PARA PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS DE ARTESANATO	49%	36%	42%	Moderado
FUNDAÇÃO CULTURAL	FCN - SISTEMA MUNICIPAL DA FINANCIAMENTO DA CULTURA	69%	36%	53%	Moderado
FUNDAÇÃO DE ESPORTES	FME - COMPETIÇÕES ESPORTIVAS	57%	53%	55%	Moderado
FUNDAÇÃO DE ESPORTES	FME - ESCOLINHAS ESPORTIVAS	55%	53%	54%	Moderado
FUNDAÇÃO DE ESPORTES	FME - FINANCIAMENTO DE PROJETOS ESPORTIVOS ATRAVÉS DO FUNDEL	71%	53%	62%	Alto
FUNDAÇÃO DE ESPORTES	EVENTOS (PÚBLICO X PRIVADO)	66%	53%	59%	Moderado
FUNDAÇÃO DE ESPORTES	CESSÃO DE ESPAÇO PÚBLICO (GINÁSIO)	64%	53%	58%	Moderado
FUNDAÇÃO DE ESPORTES	FME - LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	62%	53%	57%	Moderado
FUNDAÇÃO DE ESPORTES	FME - PROGRAMA BOLSA ATLETA	59%	53%	56%	Moderado
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	FMVT - AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TÁXI	64%	50%	57%	Moderado
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	FMVT - AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPORTE ESCOLAR	64%	50%	57%	Moderado
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	FMVT - CARTÃO DE ESTACIONAMENTO	59%	50%	55%	Moderado
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	FMVT - REALIZAÇÃO DE PEDÁGIO	47%	50%	49%	Moderado
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PROVENIENTES DAS MULTAS	64%	50%	57%	Moderado
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	EQUIPE DA GUARDA MUNICIPAL DE TRÂNSITO	70%	50%	60%	Alto
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	FMVT - RECURSO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO	52%	50%	51%	Moderado
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	FMVT - SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA SERVIÇO DE TRANSPORTE	55%	50%	53%	Moderado
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	FMVT - SOLICITAÇÃO DE GUARDA MUNICIPAL DE TRÂNSITO	53%	50%	52%	Moderado
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	FMVT - SOLICITAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA	53%	50%	52%	Moderado
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	FMVT - AUTORIZAÇÃO PARA MOBILIZAÇÃO E ESTACIONAMENTO ESPECIAL	50%	50%	50%	Moderado
INSTITUTO AMBIENTAL DE NAVEGANTES	IAN - AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM	61%	52%	56%	Moderado
INSTITUTO AMBIENTAL DE NAVEGANTES	IAN - CERTIDÃO DE TRATAMENTO ACÚSTICO	46%	52%	49%	Moderado
INSTITUTO AMBIENTAL DE NAVEGANTES	USO DE RECURSOS DE MULTAS E COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS	61%	52%	56%	Moderado



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

"Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"



INSTITUTO AMBIENTAL DE NAVEGANTES	IAN - HABITE-SE SANITÁRIO	57%	52%	54%	Moderado
INSTITUTO AMBIENTAL DE NAVEGANTES	IAN - LAUDO VISTORIA ( INCLUI-SE O LAUDO CELESC)	50%	52%	51%	Moderado
INSTITUTO AMBIENTAL DE NAVEGANTES	IAN - LICENÇA MUNICIPAL PARA EXPLORAÇÃO MINERAL	63%	52%	57%	Moderado
INSTITUTO AMBIENTAL DE NAVEGANTES	IAN - LICENCIAMENTO, AUTORIZAÇÃO E CERTIDÕES AMBIENTAIS	65%	52%	59%	Moderado
SECRETARIA DE GOVERNO	CONTRATOS E REPASSES (AMFRI, FECAM, COSTA VERDE MAR, ETC)	68%	71%	70%	Alto
SECRETARIA DE OBRAS	OBR - JARDINAMENTO	51%	53%	52%	Moderado
SECRETARIA DE OBRAS	OBR - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	66%	53%	60%	Moderado
SESAN	LIMPEZA DE PRAIA	77%	55%	66%	Alto
SESAN	LIMPEZA URBANA (CAPINAGEM, TERRENOS, PODA, ETC)	78%	55%	67%	Alto
SECRETARIA DE OBRAS	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA	68%	53%	61%	Alto
SECRETARIA DE OBRAS	ESTOQUE (PEÇAS, ALIMENTOS, INSUMOS, ETC)	82%	53%	68%	Alto
SECRETARIA DE OBRAS	MANUTENÇÃO DE FROTAS	73%	53%	63%	Alto
SECRETARIA DE OBRAS	CONTRATOS E LICITAÇÕES	75%	53%	64%	Alto
SECRETARIA DE OBRAS	CONTROLE DE FROTAS	77%	53%	65%	Alto
SECRETARIA DE OBRAS	FOLHA DE PAGAMENTO	44%	53%	49%	Moderado
SECRETARIA DE OBRAS	SEGURANÇA DO TRABALHO	58%	53%	56%	Moderado
SECRETARIA DE OBRAS	OBR - MANUTENÇÃO DOS DECKS	62%	53%	57%	Moderado
SECRETARIA DE OBRAS	OBR - MANUTENÇÃO E REPAROS DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS	57%	53%	55%	Moderado
SECRETARIA DE OBRAS	OBR - MANUTENÇÃO PREDIAL	66%	53%	60%	Moderado
SECRETARIA DE OBRAS	OBR - REPARO DE PAVIMENTAÇÃO	74%	53%	64%	Alto
PROCURADORIA	EQUIPE DA PROCURADORIA	65%	42%	53%	Moderado
PROCURADORIA	PGM - COBRANÇA DE DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA	76%	42%	59%	Moderado
PROCURADORIA	PGM - PROCON	56%	42%	49%	Moderado
NAVEGANTESPREV	PREV - CONCESSÃO DE APOSENTADORIA	55%	43%	49%	Moderado
NAVEGANTESPREV	PREV - CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE	54%	43%	49%	Moderado
NAVEGANTESPREV	APLICAÇÃO DOS RECURSOS EM PRODUTOS FINANCEIROS	58%	43%	51%	Moderado
NAVEGANTESPREV	PREV - EMISSÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DO INSS	33%	43%	38%	Baixo
NAVEGANTESPREV	PREV - PROVA DE VIDA ANUAL	50%	43%	47%	Moderado
NAVEGANTESPREV	PREV - REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO	55%	43%	49%	Moderado
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE - MÍDIA IMPRESSA	73%	56%	64%	Alto
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE - OUTROS	65%	56%	60%	Alto
SECRETARIA DE DESEN. ECON. E RECEITA	BENEFÍCIOS FISCAIS	77%	36%	57%	Moderado
SECRETARIA DE DESEN. ECON. E RECEITA	DÍVIDA ATIVA	76%	36%	56%	Moderado
SECRETARIA DE DESEN. ECON. E RECEITA	CONCESSÃO, RENOVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ALVARÁS	77%	36%	57%	Moderado
SECRETARIA DE DESEN. ECON. E RECEITA	EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS	37%	36%	37%	Baixo
SECRETARIA DE DESEN. ECON. E RECEITA	IPTU	71%	36%	54%	Moderado
SECRETARIA DE DESEN. ECON. E RECEITA	TAXAS	63%	36%	50%	Moderado
SECRETARIA DE DESEN. ECON. E RECEITA	ITBI	69%	36%	53%	Moderado
SECRETARIA DE DESEN. ECON. E RECEITA	ISS	71%	36%	53%	Moderado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA	56%	43%	50%	Moderado



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

"Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	REMOÇÃO	61%	43%	52%	Moderado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ALUGUÉIS	71%	43%	57%	Moderado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PDDE (PRESTAÇÃO DE CONTAS)	47%	43%	45%	Moderado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MERENDA ESCOLAR	62%	43%	52%	Moderado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ESTOQUE	83%	43%	63%	Alto
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CONSTRUÇÕES, MANUTENÇÕES E REFORMAS PEDIAIS	79%	43%	61%	Alto
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CONTROLE PATRIMONIAL (BENS PATRIMONIÁVEIS, TRANSFERENCIAS, ETC)	69%	43%	56%	Moderado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ESTRUTURA PREDIAL (ACESSIBILIDADE, COZINHA, SEGURANÇA, ETC)	63%	43%	53%	Moderado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS	86%	43%	65%	Alto
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE ESCOLAR (MANUTENÇÃO, LOCAÇÃO, ABASTECIMENTO, ETC)	77%	43%	60%	Alto
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	55%	43%	49%	Moderado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FOLHA DE PAGAMENTO DA SEC. DE EDUCAÇÃO	69%	43%	56%	Moderado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FOLHA DE PAGAMENTO MAGISTÉRIO	66%	43%	55%	Moderado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSFERÊNCIA DE ALUNOS	49%	43%	46%	Moderado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SE - MATRÍCULA PARA EJA ( EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS)	47%	43%	45%	Moderado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SE - REALIZAR MATRÍCULA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL ATÉ 5 ANOS	54%	43%	49%	Moderado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SE - REALIZAR MATRÍCULA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	54%	43%	49%	Moderado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CONTRATAÇÃO DE ACT	73%	43%	58%	Moderado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	KIT ESCOLAR (DISTRIBUIÇÃO UNIFORME, MATERIAL, ETC)	76%	43%	60%	Moderado
SESAN	COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS	85%	55%	70%	Alto
SESAN	ESTOQUES (CONTROLE E DISPENSAÇÃO DE PRODUTOS)	85%	55%	70%	Alto
SESAN	LEITURA/CONSUMO/COBRANÇA DE ÁGUA	72%	55%	63%	Alto
SESAN	SERVIÇOS EM VIAS PÚBLICAS	73%	55%	64%	Alto
SESAN	SERVIÇOS EM RESIDENCIAS	72%	55%	63%	Alto
SESAN	ESTRUTURA FÍSICA (RESERVATÓRIOS, BOMBAS, ETC)	65%	55%	60%	Moderado
SESAN	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	67%	55%	61%	Alto
SECRETARIA E FINANÇAS	ORDEM CRONOLÓGICA DAS EXIGIBILIDADES	49%	58%	54%	Moderado
SECRETARIA E FINANÇAS	DESPESAS SEM PRÉVIO EMPENHO	68%	58%	63%	Alto
SECRETARIA E FINANÇAS	REPRESENTAÇÃO ADEQUADA DO PATRIMONIO PÚBLICO	61%	58%	59%	Moderado
SECRETARIA E FINANÇAS	USO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA	46%	58%	52%	Moderado
SECRETARIA E FINANÇAS	CONTROLE POR FONTE DE RECURSOS	51%	58%	54%	Moderado
SECRETARIA E FINANÇAS	PRAZOS LRF E OUTROS	36%	58%	47%	Moderado
SECRETARIA DE GOVERNO	PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS CONVÊNIOS RECEBIDOS	53%	71%	62%	Alto
SECRETARIA DE GOVERNO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	54%	71%	63%	Alto
SECRETARIA DE SAÚDE	COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS	83%	59%	71%	Alto
SECRETARIA DE SAÚDE	CONVÊNIOS / PARCERIAS	71%	59%	65%	Alto
SECRETARIA DE SAÚDE	DIÁRIAS / HORAS EXTRAS	73%	59%	66%	Alto
SECRETARIA DE SAÚDE	ESTOQUES (CONTROLE E DISPENSAÇÃO DE PRODUTOS)	79%	59%	69%	Alto
SECRETARIA DE SAÚDE	FARMÁCIA MUNICIPAL	74%	59%	66%	Alto





SECRETARIA DE SAÚDE	FOLHA DE PAGAMENTO	53%	59%	56%	Moderado
SECRETARIA DE SAÚDE	FROTA	82%	59%	71%	Alto
SECRETARIA DE SAÚDE	MEDICINA DO TRABALHO (PERÍCIA)	82%	59%	70%	Alto
SECRETARIA DE SAÚDE	PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE	62%	59%	61%	Alto
SECRETARIA DE SAÚDE	PROCESSO, SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO	67%	59%	63%	Alto
SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	59%	59%	59%	Moderado
SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - CEFIR - CENTRO ESPECIALIZADO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO	56%	59%	57%	Moderado
SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - CEO - CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS	60%	59%	60%	Moderado
SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - CES - CENTRO ESPECIALIZADO DE SAÚDE	60%	59%	60%	Moderado
SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - CETA - CENTRO EPIDEMIOLÓGICO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO	59%	59%	59%	Moderado
SECRETARIA DE SAÚDE	REGULAÇÃO	70%	59%	64%	Alto
SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - CRMH - CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER E DO HOMEM	64%	59%	61%	Alto
SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - DABA - DEPARTAMENTO DE BEM ESTAR ANIMAL	67%	59%	63%	Alto
SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - ESF - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	63%	59%	61%	Alto
SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES	75%	59%	67%	Alto
SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - NASF - NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA	55%	59%	57%	Moderado
SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - SAMU - ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	70%	59%	64%	Alto
SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - TFD - TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO	72%	59%	66%	Alto
SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - UBS - UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	58%	59%	59%	Moderado
SECRETARIA DE SAÚDE	SMS - UPA - UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO	60%	59%	59%	Moderado
SECRETARIA DE SAÚDE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	69%	59%	64%	Alto
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	SPU - APROVAÇÃO DE PROJETO DE PARCELAMENTO DO SOLO	61%	31%	46%	Moderado
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	EMISSION DE CERTIDÕES	62%	31%	47%	Moderado
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS (IN LOCO, MULTAS, ETC)	82%	31%	57%	Moderado
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	SPU - HABITE-SE DA CONSTRUÇÃO	75%	31%	53%	Moderado
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	SPU - UNIFICAÇÃO DE LOTES	72%	31%	52%	Moderado
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	SPU - VIABILIDADE PARA CONSTRUÇÃO	75%	31%	53%	Moderado
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	SPU - VIABILIDADE PARA FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS	70%	31%	51%	Moderado
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	SPU - ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EDIFICAÇÃO	75%	31%	53%	Moderado
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	DESTINAÇÃO DE MATERIAIS A PARTIR DA DEFESA CIVIL	61%	50%	56%	Moderado
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	SISTEMA DE MONITORAMENTO (VIAS PÚBLICAS, PRAÇAS,...)	39%	50%	45%	Moderado
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	EQUIPE DA GUARDA PATRIMONIAL	61%	50%	55%	Moderado
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	SISTEMA DE MONITORAMENTO PATRIMONIAL (ESCOLAS, PREFEITURA, ...)	52%	50%	51%	Moderado
SECRETARIA DE TURISMO	AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS	64%	34%	49%	Moderado
SECRETARIA DE TURISMO	COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS	68%	34%	51%	Moderado
SECRETARIA DE TURISMO	CARNAVAL	75%	34%	55%	Moderado
SECRETARIA DE TURISMO	EVENTOS DE VERÃO	73%	34%	54%	Moderado
SECRETARIA DE TURISMO	ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO	72%	34%	53%	Moderado
SECRETARIA DE TURISMO	OUTROS EVENTOS	68%	34%	51%	Moderado
SECRETARIA DE TURISMO	STCE - CADASTRO DE EVENTOS POPULARES (PF)	54%	34%	44%	Moderado



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

"Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"

SECRETARIA DE TURISMO	STCE - FESTIVAL GASTRONÔMICO	50%	34%	42%	Moderado
CÂMARA DE VEREADORES	COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS	84%	41%	62%	Alto
CÂMARA DE VEREADORES	FOLHA DE PAGAMENTO	68%	41%	54%	Moderado
CÂMARA DE VEREADORES	DIÁRIAS / HORAS EXTRAS	81%	41%	61%	Alto
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	FOLHA DE PAGAMENTO - CONTRATAÇÃO	52%	50%	51%	Moderado
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	FOLHA DE PAGAMENTO - VANTAGENS	60%	50%	55%	Moderado
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	FOLHA DE PAGAMENTO - REGISTRO PONTO	55%	50%	52%	Moderado
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	FOLHA DE PAGAMENTO - VIDA FUNCIONAL	53%	50%	51%	Moderado
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	FOLHA DE PAGAMENTO - AFASTAMENTOS	57%	50%	53%	Moderado
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	PROCESSO DE COMPRAS	77%	50%	63%	Alto
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	EQUIPE ADMINISTRATIVA - EFETIVOS X COMISSIONADOS	77%	50%	63%	Alto
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CONTROLE PATRIMONIAL - MÓVEIS	70%	50%	60%	Moderado
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CONTROLE PATRIMONIAL - IMÓVEIS	81%	50%	65%	Alto
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	SISTEMA DE TI - LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS/ACESSOS	64%	50%	57%	Moderado
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	SISTEMA DE TI - INFRAESTRUTURA/BACKUPS	64%	50%	57%	Moderado
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	SISTEMA DE TI - SISTEMA/INTEGRAÇÃO/INFORMAÇÃO	67%	50%	59%	Moderado
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - INEXECUÇÃO CONTRATUAL	76%	50%	63%	Alto
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CONTROLE DE FROTA - ABASTECIMENTOS	77%	50%	63%	Alto
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CONTROLE DE FROTA - DESLOCAMENTOS	81%	50%	65%	Alto
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CONTROLE DE FROTA - INFRAÇÃO DE TRÂNSITO	88%	50%	69%	Alto
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CONTROLE DE FROTA - MECÂNICA	81%	50%	65%	Alto
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	ESTOQUE	82%	50%	66%	Alto
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	PROGRAMAS DE BENEFÍCIOS A AGRICULTORES	89%	38%	64%	Alto
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	PROPAG (PROGRAMA PATROLA AGRÍCOLA)	92%	38%	65%	Alto
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	BENEFÍCIOS AGRICULTURA FAMILIAR (FEIRAS, EVENTOS, ETC)	73%	38%	55%	Moderado
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	PROGRAMAS DE BENEFÍCIOS A PESCADORES	81%	38%	59%	Moderado
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS	72%	38%	55%	Moderado
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	PROGRAMAS DE BENEFÍCIOS AGROPECUÁRIOS	91%	38%	64%	Alto

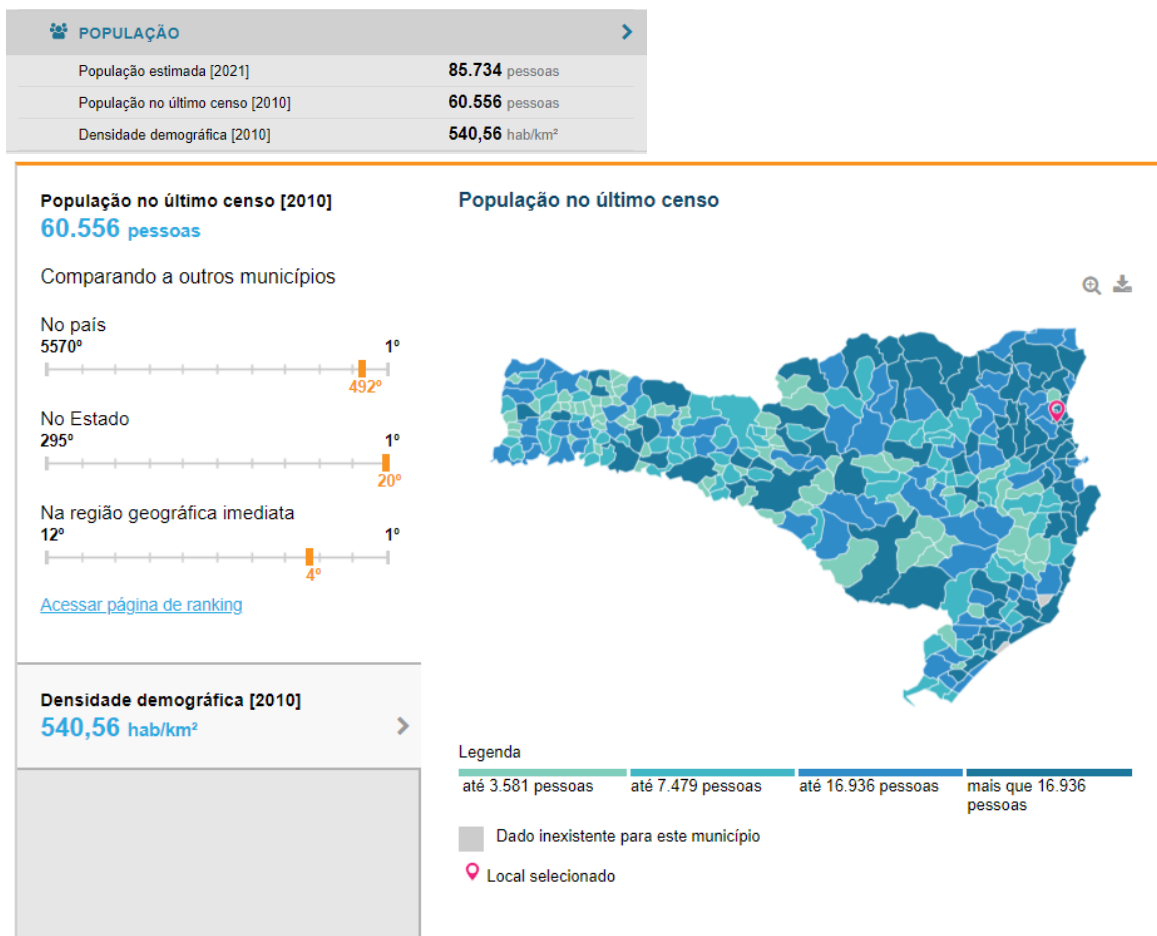
- Os percentuais expostos acima são resultado da tabulação de uma série de informações obtidas através das atividades de monitoramento de controle interno, combinadas com notas atribuídas pelo Órgão de Controle baseadas em experiências anteriores de auditoria, de monitoramento, de análise de prestações de contas, de denúncias etc. Estes resultados servem como base para a elaboração do Plano de Resposta aos Riscos, elaborado pelo Órgão Central de Controle Interno no planejamento anual de suas atividades.

### **Análise da Atuação da Gestão em Relação aos Aspectos Sociais**

- A gestão municipal realizou ações visando à garantia de acesso aos serviços públicos por parte dos munícipes de Navegantes, podendo destacar a Carta de Serviços, a informatização de diversos tipos de serviços de natureza tributária, de urbanismo, entre outras.



- Extraído-se dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Município de Navegantes apresenta as seguintes informações demográficas:

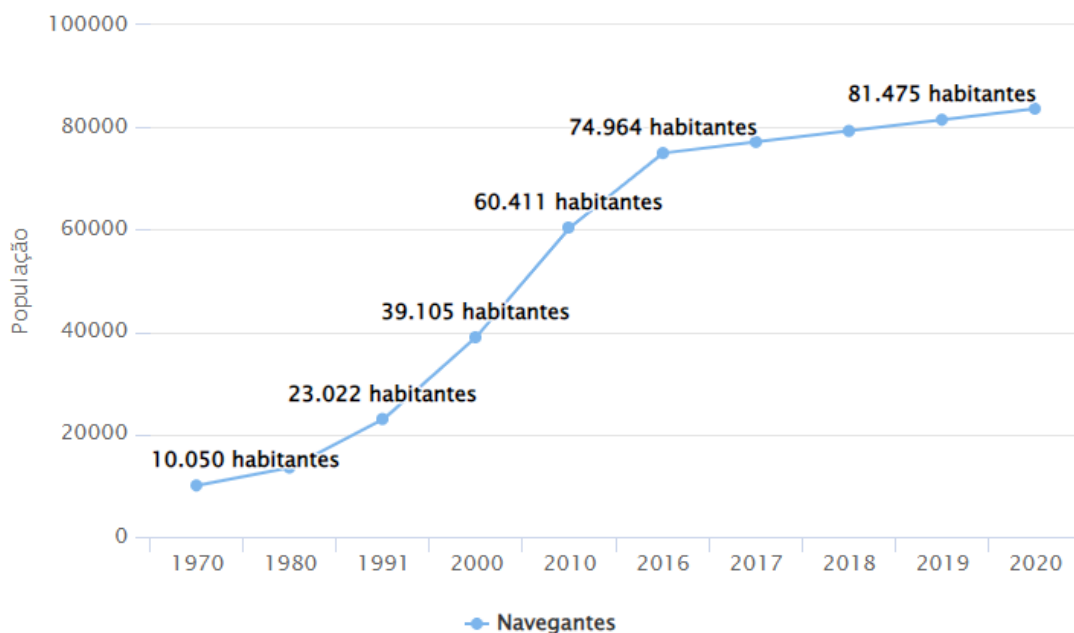


Fonte: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/navegantes/panorama>



## Evolução da População Total

Acompanhe o crescimento populacional entre 1970 e 2020



Highcharts.com

**Fonte:** IBGE - Censo Demográfico; Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado por Datapedia.info

**Nota Técnica:** Dados oficiais do IBGE e estimativas publicadas em D.O.U.

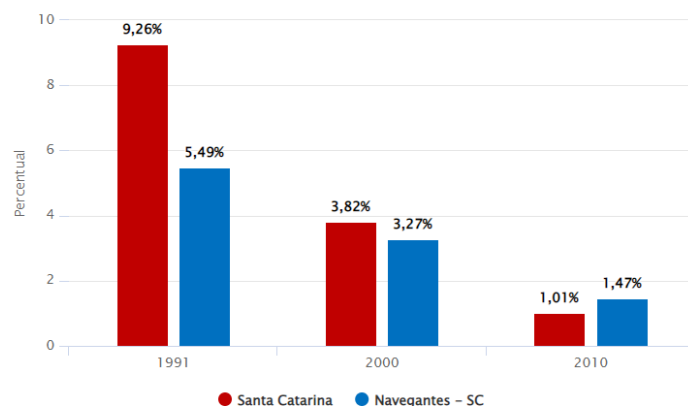
- Considerando-se a população total, a comparação entre o último censo e a estimativa de 2020, divulgada pelo IBGE, aponta para um crescimento populacional significativo, próximo de 8,68%. De acordo com o mesmo instituto, a estimativa da população de Navegantes em 2021 é de 85.734 habitantes.

- No que concerne ao desenvolvimento social, o Município desenvolve e mantém projetos e programas sociais visando o combate à pobreza, estimulando o emprego e a renda.

- De acordo com o censo demográfico do IBGE de 2010, o Município apresenta os seguintes dados da população abaixo da linha de extrema pobreza:



Evolução % da População Abaixo da Linha de Extrema Pobreza (1991 - 2010)

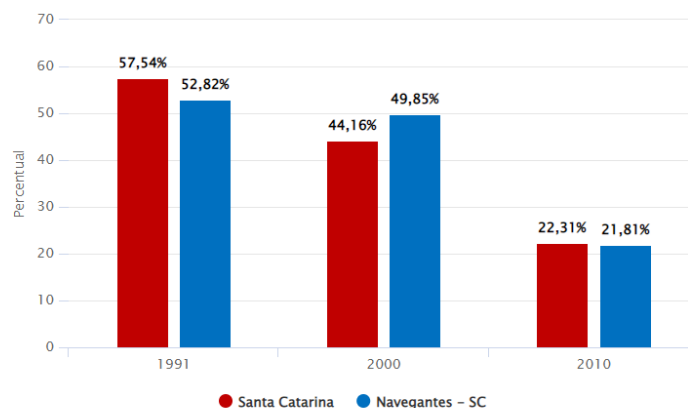


Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado por Datapedia.info  
**Nota Técnica:** Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

<https://datapedia.info/cidade/4243/sc/navegantes#undefined>

- Segundo o censo demográfico do IBGE de 2010, o Município apresenta os seguintes dados da população de 0 a 14 anos vulnerável a pobreza:

Evolução % de População de 0 a 14 anos Vulnerável a Pobreza (1991 - 2010)

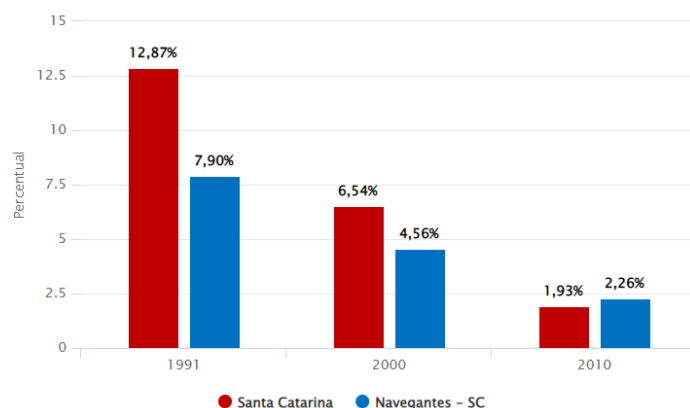


Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado por Datapedia.info  
**Nota Técnica:** Proporção dos indivíduos com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles com até 14 anos e que vivem em domicílios particulares permanentes.

<https://datapedia.info/cidade/4243/sc/navegantes#undefined>

- Com relação a população de 0 a 14 anos abaixo da linha da extrema pobreza o Município possui 2,26% da população nesta situação, representando 0,33% a mais que a média estadual.

Evolução % de População de 0 a 14 anos Abaixo da Linha da Extrema Pobreza (1991 - 2010)



Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado por Datapedia.info

**Nota Técnica:** Proporção dos indivíduos com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

<https://datapedia.info/cidade/4243/sc/navegantes#undefined>

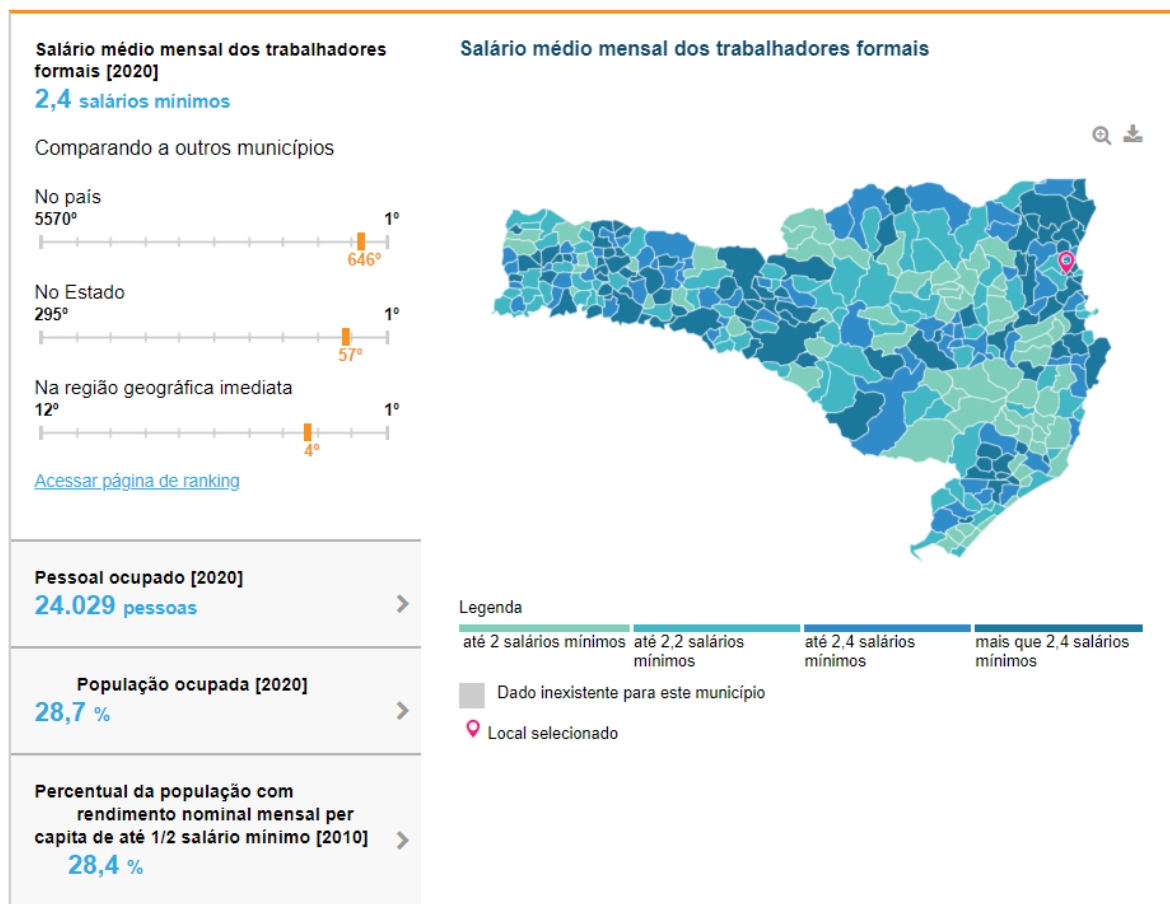
- Já no que tange ao trabalho e renda, o Município vem criando ações e políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento econômico, como a agilidade e facilidade de abertura de empresas na cidade, desburocratização de procedimentos etc.

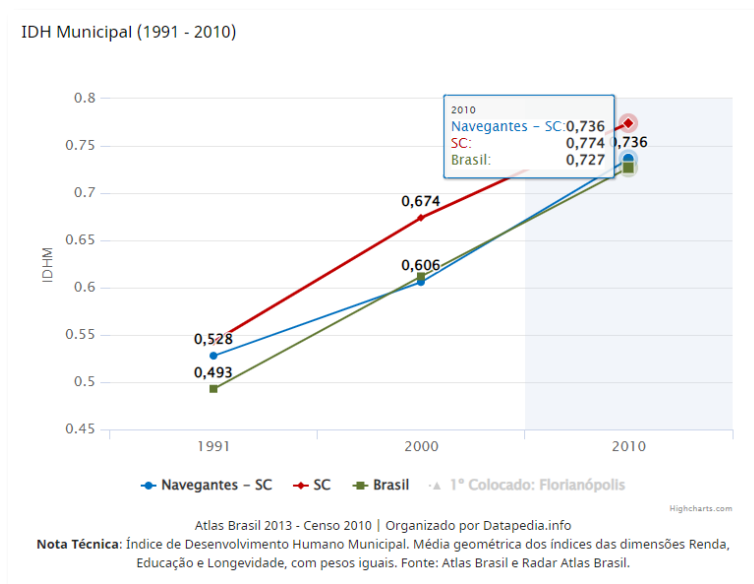
- Abaixo, seguem informações do IBGE sobre o trabalho e a renda, porém esta situação tende a sofrer significativas alterações nos próximos censos.

TRABALHO E RENDIMENTO	
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2020]	2,4 salários mínimos
Pessoal ocupado [2020]	24.029 pessoas
População ocupada [2020]	28,7 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	28,4 %

## Trabalho e Rendimento

Em 2020, o salário médio mensal era de 2.4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 28.7%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 57 de 295 e 125 de 295, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 646 de 5570 e 597 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 28.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 135 de 295 dentre as cidades do estado e na posição 4969 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

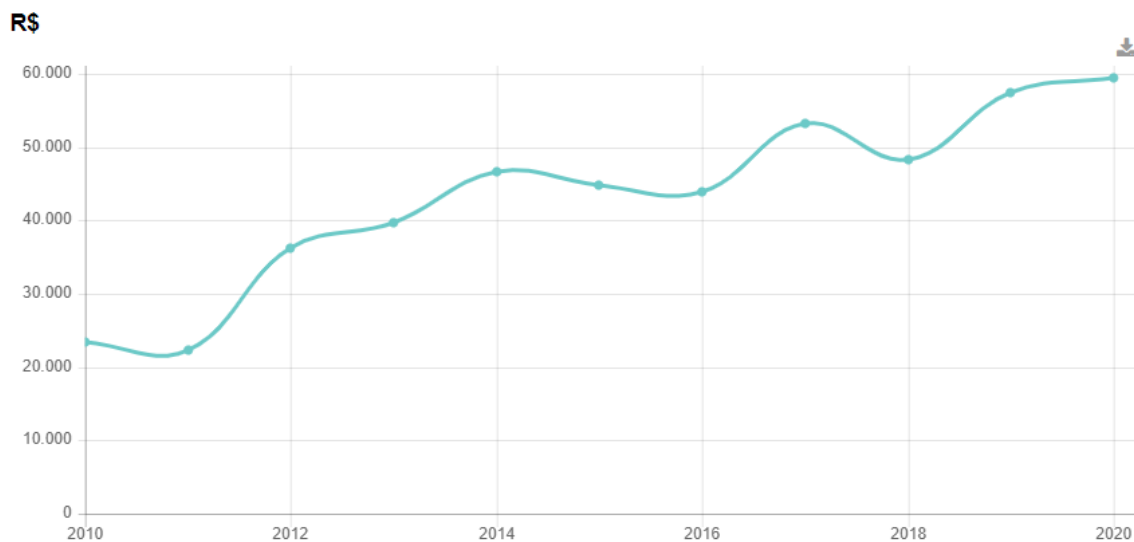




<https://datapedia.info/cidade/4243/sc/navegantes#undefined>

- O PIB per capita do município de Navegantes vem apresentando um resultado crescente e o último dado apurado referente a 2020 teve como resultado o maior índice da série histórica.

PIB per capita / **Série revisada** (Unidade: R\$)



<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/navegantes/pesquisa/38/47001?indicador=47001&tipo=grafico>



## II - Descrição analítica dos programas do orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e executadas de acordo com o estabelecido na LOA.

Obs: realizamos o monitoramento de programas de governo, através das ações e metas estabelecidas na LDO.

### Metas Financeiras

Ação	Descrição	Dotação Inic.	Dotação Atual.	Empenhado	Liquidado	Pago ↓
1	Pagamento de Precatórios Judiciais	1.300.000	1.300.000	1.033.517	1.033.517	1.033.517
2	Pagamento de Encargos e Amortização da Dívida Pública	5.500.000	9.852.000	9.022.901	9.022.901	9.022.901
3	Pagamento do PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	3.006.000	5.006.000	4.693.745	4.693.745	4.335.523
799	Reserva Orçamentária do RPPS	18.735.000	18.735.000	0	0	0
999	Reserva de Contingência	1.500.000	1.500.000	0	0	0
1001	Investimentos em Bens Imóveis e Móveis do Poder Legislativo	500.000	60.000	29.880	29.880	29.880
1002	Investimentos em Ações de Melhoria da Estrutura Física do Paço Municipal	300.000	350.000	246.666	237.882	237.882
1003	Investimentos em Ações de Melhoria do Ensino Fundamental	3.201.000	6.389.271	5.793.106	2.500.368	2.500.368
1004	Investimentos em Ações de Melhoria do Ensino Infantil	3.501.000	17.108.019	16.318.995	14.892.583	14.892.583
1005	Investimentos em Ações de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	102.000	1.368.284	729.605	729.605	729.605
1006	Investimento em Ações de Segurança Pública e Defesa Civil	52.000	52.000	2.796	2.796	2.796
1007	Investimentos em Ações de Turismo, Cultura e Esportes	52.000	52.000	0	0	0
1008	Pavimentação e Recuperação de Vias e Eixos Estruturantes	7.330.629	27.494.878	13.498.987	6.489.525	6.489.525
1009	Investimentos em Ações de Infra-Estrutura Urbana	2.060.000	11.701.993	10.129.505	4.420.290	4.420.290
1010	Investimentos em Equipamentos da Secretaria de Obras	404.000	504.000	399.383	399.383	399.383
1011	Implantação de Obras de Saneamento e/ou Macrodrenagem	3.000	3.000	0	0	0
1012	Ampliação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública	7.050.000	10.650.000	7.693.605	6.777.884	6.459.813
1013	Investimentos em Ações de Drenagem e Saneamento Básico	1.141.420	11.398.431	11.127.816	0	0
1014	Investimentos em Estrutura Física e Equipamentos na Assistência Social	204.000	474.000	129.620	108.367	108.367
1015	Investimentos no Esporte e Construção e Reforma de Espaços Esportivos	552.469	1.418.504	1.261.608	850.474	850.474
1016	Investimentos em Equipamentos, Veículos e Estrutura Física de Saúde	2.830.165	10.155.733	2.667.972	1.351.399	1.082.181
1017	Investimentos em Ações da Fundação Municipal de Cultura	63.000	632.156	613.796	553.796	553.796
1018	Investimentos em Equipamentos e Estrutura Física da Fundação Hospitalar	3.000	3.000	0	0	0
1019	Investimentos em Ações do Instituto Ambiental de Navegantes - IAN	53.000	53.000	0	0	0
1020	Aquisição de Veículos e Equipamentos para o FUMSCI	200.000	426.000	424.923	421.023	418.133
1021	Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar	50.000	885.504	884.504	276.633	276.633
1022	Ampliação e Recuperação da Sinalização Viária	200.000	250.000	183.558	183.558	183.558
1023	Investimentos em Equipamentos de Vigilância e Trânsito	200.000	200.000	100.000	100.000	100.000
1024	Aquisição de terreno e construção da sede do Instituto de Previdência	200.000	200.000	0	0	0
1025	Investimentos em Ações de Desenvolvimento Econômico	1.100.000	1.150.000	54.413	39.361	39.361
2001	Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores	5.455.000	5.895.000	5.749.205	5.696.934	5.696.934
2002	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito	2.000.000	2.524.000	2.261.209	2.221.162	2.209.121





2003	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Vice-Prefeito	521.000	521.000	400.610	393.744	388.550
2004	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Comunicação Social	849.000	879.000	808.617	794.836	789.458
2005	Criação e Desenvolvimento de Campanhas Institucionais	720.000	1.070.000	829.028	789.949	789.949
2006	Manutenção e Funcionamento da Secretaria Municipal de Governo	1.305.900	1.856.100	1.746.934	1.448.914	1.399.823
2007	Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município	3.450.000	4.591.179	4.364.892	4.281.960	4.260.599
2008	Manutenção e Funcionamento do PROCON	101.000	101.000	38.646	36.318	36.318
2009	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração e Logística	10.832.805	12.417.805	10.034.606	9.072.842	9.018.606
2011	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Finanças	3.250.000	3.520.000	3.218.075	3.218.075	3.213.740
2012	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Assistência Social	6.105.000	8.129.369	7.981.755	7.522.669	7.501.049
2013	Manutenção e Funcionamento do Programa de Atenção ao Idoso - PAI	100.000	150.000	101.915	101.020	101.020
2014	Manutenção e Funcionamento do Abrigo Municipal	320.000	370.000	318.771	290.605	289.307
2015	Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar	795.000	795.000	573.891	528.675	522.475
2016	Manutenção do Programa do Benefício de Prestação Continuada Idoso/Portador de Deficiência	35.000	35.000	0	0	0
2017	Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	120.000	120.000	0	0	0
2018	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Educação	605.000	712.000	665.306	616.714	606.826
2019	Manutenção e Funcionamento da Educação de Jovens e Adultos	145.000	145.000	35.000	35.000	35.000
2020	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	72.829.630	95.013.358	90.958.653	90.322.634	89.897.718
2021	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	61.665.000	73.987.132	72.415.947	72.181.191	71.988.735
2022	Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental	2.200.000	4.367.830	4.169.287	4.149.953	4.138.348
2023	Manutenção da Merenda Escolar da Educação Infantil e Creches	2.200.000	4.451.746	4.063.599	4.063.587	4.063.587
2024	Manutenção do Transporte Escolar	1.735.000	1.735.000	1.599.245	1.286.974	1.286.974
2025	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	2.469.500	2.589.500	2.539.435	2.417.754	2.410.583
2026	Manutenção do Convênio Polícia Militar - Rádio Patrulha	131.000	268.122	211.954	195.567	195.567
2027	Manutenção da Secretaria de Segurança e Defesa Civil	1.445.629	4.700.849	4.330.945	4.220.963	4.199.901
2028	Manutenção da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes	908.000	923.000	802.858	747.829	739.229
2029	Manutenção dos Eventos Turísticos e de Lazer do Município	1.400.000	3.680.000	3.446.280	3.263.326	3.263.326
2030	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Turismo	53.000	53.000	0	0	0
2031	Manutenção do Fundo Municipal para Conservação da Praia - FUMCOP	4.000	4.000	0	0	0
2032	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Obras	20.950.000	24.248.393	21.773.399	18.625.655	18.570.980
2033	Manutenção dos Serviços de Limpeza e Conservação de Vias Públicas	8.000.000	9.316.156	9.271.279	7.104.463	7.104.463
2034	Manutenção da Secretaria de Gestão e Controle	1.050.000	1.125.000	1.048.106	1.029.600	1.028.475
2035	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	5.150.000	5.130.000	4.767.077	4.668.969	4.648.882
2037	Manutenção e Funcionamento da Casa dos Conselhos	25.000	25.000	8.208	8.208	8.208
2038	Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano	3.330.000	6.334.041	5.709.938	3.998.122	3.562.386
2039	Manutenção da Secretaria de Saneamento Básico	22.600.000	33.851.560	32.885.759	29.074.147	27.462.949
2040	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social	276.000	276.000	46.460	33.240	29.894
2041	Manutenção do Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI	188.000	188.000	50.772	28.249	27.379
2042	Manutenção do Piso Fixo de Média Complexidade - MSE	71.000	71.000	0	0	0
2043	Manutenção do Piso Fixo de Média Complexidade - ABORDAGEM SOCIAL	71.000	71.000	7.101	7.101	7.101
2044	Manutenção do Piso de Transição de Média Complexidade	10.000	10.000	0	0	0
2045	Manutenção do Programa do Piso de Alta Complexidade I - Criança/ Adolescente	106.000	106.000	40.243	24.165	21.919



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

"Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"



2046	Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	130.000	130.000	25.246	24.806	24.167
2047	Manutenção do Piso Básico Fixo	349.000	349.000	48.165	38.395	38.395
2048	Manutenção da Gestão do Programa Bolsa Família - IGDBF/SUAS	150.000	150.000	21.066	17.251	16.066
2049	Manutenção dos Programas Sociais com a Secretaria Estadual	70.000	70.000	0	0	0
2050	Manutenção e Funcionamento da Fundação de Esportes	1.793.000	2.905.868	2.423.846	1.802.713	1.787.584
2051	Manutenção e Funcionamento do FUNDEL	150.000	150.000	0	0	0
2052	Manutenção e Funcionamento do Bolsa Atleta	200.000	220.000	217.161	212.783	212.783
2053	Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde	38.323.335	52.901.040	49.616.552	45.624.199	45.100.786
2054	Grupos de Financiamentos da Atenção Básica em Saúde	7.552.000	12.046.979	10.851.541	9.963.332	9.877.373
2055	Grupos de Financiamentos da Atenção de Média e Alta Complexidade - MAC	17.883.259	23.864.528	22.408.169	20.895.132	19.344.491
2056	Grupos de Financiamentos da Vigilância em Saúde	1.163.259	2.173.720	1.163.473	743.513	723.106
2057	Grupos de Financiamentos da Assistência Farmacêutica	1.700.000	1.850.000	1.753.962	1.638.183	1.616.960
2058	Grupos de Financiamentos da Gestão do SUAS	60.000	60.000	2.000	0	0
2059	Manutenção dos Programas Vinculados com a Secretaria Estadual de Saúde	803.000	1.418.000	1.199.986	825.234	762.129
2061	Manutenção das Ações da Fundação Municipal de Cultura	1.416.000	1.576.000	1.507.214	1.285.230	1.246.111
2062	Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Cultura	603.000	1.084.457	1.015.295	1.009.181	1.009.181
2064	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	260.000	260.000	39.120	37.577	34.036
2065	Manutenção da Fundação Hospitalar de Navegantes	118.000	118.000	70.156	48.220	41.337
2066	Manutenção do Instituto Ambiental de Navegantes - IAN	2.050.000	2.427.000	1.847.397	1.743.567	1.731.817
2067	Custeios e Investimentos com Recursos da Compensação Ambiental	45.000	189.000	166.890	49.900	49.900
2068	Manutenção e Funcionamento do FUMSCI - Apoio Operacional e Administrativo	818.000	1.615.597	1.469.342	1.201.681	1.086.161
2069	Manutenção e Funcionamento da Fundação de Trânsito	1.240.000	1.437.000	1.287.241	1.279.733	1.269.305
2070	Manutenção e Funcionamento Fiscalização de Trânsito - Convênio de Trânsito	950.000	1.440.000	1.370.732	1.152.282	1.138.613
2071	Manutenção e Funcionamento do Convênio de Trânsito/SC - Polícia Civil	230.000	255.000	238.030	119.368	118.239
2073	Manutenção e Funcionamento do Convênio de Trânsito/SC - Polícia Militar	197.000	393.000	391.000	391.000	391.000
2074	Manutenção das Atividades do Instituto de Previdência	2.060.000	2.290.000	1.997.392	1.948.362	1.946.682
2075	Manutenção dos Benefícios Previdenciários	18.015.000	21.816.212	21.480.462	21.480.462	21.480.462
2076	Manutenção do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	840.000	840.000	497.107	497.107	497.107
2077	Manutenção do Programa Pré e Pós Aposentadoria	50.000	50.000	15.701	15.701	15.701
2078	Manutenção e Funcionamento da Educação Especial	1.351.000	1.991.000	1.730.177	1.730.177	1.712.569
2079	Manutenção do Programa IGD/SUAS	14.000	14.000	0	0	0
2080	Manutenção do Programa de Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	92.000	92.000	4.957	4.957	4.957
2081	Manutenção do Programa de Benefícios Eventuais	27.000	177.000	84.242	84.242	84.242
2082	Grupos de Financiamentos da Atenção Especializada	100.000	100.000	0	0	0
2083	Manutenção e Funcionamento da Corregedoria	45.000	45.000	3.562	3.562	3.562
2084	Manutenção e Funcionamento da Escola Municipal de Administração Pública - EMAP	31.000	31.000	7.292	7.292	7.292
2085	Manutenção e Conservação de Prédios Públicos	150.000	150.000	99.380	83.499	83.499
<b>Total</b>		<b>408.000.000</b>	<b>592.410.315</b>	<b>511.369.763</b>	<b>455.574.727</b>	<b>449.137.559</b>







## Metas Físicas

PROJ.DESP	ÓRGÃO	AÇÃO	VALOR ANO 2022	DESCRIÇÃO	UNID. MEDIDA	META ANUAL	ACUMULADO 6B/2022	% Executado
1.001	Câmara Municipal De Navegantes	Investimento em Bens Imóveis e Móveis do Poder Legislativo	R\$ 500.000,00	Aquisição demobiliário, itens de informática, equipamentos eletrônicos e reformas estruturais	Unidade	Equipamentos e m²	-	0%
1.002	Secretaria Municipal de Administração e Logística	Investimentos em Ações de Melhoria da Estrutura Física do Paço Municipal	R\$ 300.000,00	-	-	-	0	0%
1.003	Secretaria Municipal de Educação	Investimentos em Ações de Melhoria do Ensino Fundamental	R\$ 3.201.000,00	Ampliação e reforma de Unidade Escolar	Escola	2	2	100%
1.004	Secretaria Municipal de Educação	Investimentos em Ações de Melhoria do Ensino Infantil	R\$ 3.501.000,00	Construção de Unidade Escolar	Escola	2	2	100%
1.005	Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	Investimentos em Ações de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	R\$ 102.000,00	Reforma carreira pescadores artesanais	Atendimentos	300	445	148%
1.006	Secretaria Municipal da Segurança e Defesa Social	Investimento em Ações de Segurança Pública e Defesa Civil	R\$ 52.000,00	-	-	-	-	0%
1.007	Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte	Investimentos em Ações de Turismo, Cultura e Esportes	R\$ 52.000,00	-	-	-	-	0%
1.008	Secretaria Municipal de Obras	Pavimentação e Recuperação de Vias e Eixos Estruturantes	R\$ 5.700.000,00	Serviços asfálticos, pavimentação, recuperação de vias, colocação e reparo de lajotas	Metros²	45.000	71.239	158%
1.009	Secretaria Municipal de Obras	Investimentos em Ações de Infra-Estrutura Urbana	R\$ 2.000.000,00	Considera-se a área do projeto	Metros²	22.057	22.677	103%
1.010	Secretaria Municipal de Obras	Investimentos em Equipamentos da Secretaria de Obras	R\$ 404.000,00	Bens móveis	Unidade	43	42	98%
1.011	Secretaria Municipal de Obras	Implantação de Obras de Saneamento e/ou Macro drenagem	R\$ 3.000,00	Execução da drenagem pluvial	Metros	1.260	949	75%
1.012	Secretaria Municipal de Obras	Ampliação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública	R\$ 7.050.000,00	Número de atendimentos realizados pela empresa Contratada	Atendimentos	4.800	6.161	128%
1.013	Secretaria Municipal de Saneamento Básico	Investimentos em Ações de Drenagem e Saneamento Básico	R\$ 2.501.000,00	-	-	-	-	0%
1.014	Fundo Municipal de Assistência Social	Investimentos em Estrutura Física e Equipamentos na Assistência Social	R\$ 204.000,00	equipar CRAS III unidade que deverá ser inaugurada em junho bairro meia praia	Beneficiários	2.500	0	0%
1.015	Fundação Municipal de Esportes	Investimentos no Esporte e Construção e Reforma de Espaços Esportivos	R\$ 170.000,00	PISO DE GINÁSIO PREFEITO DOMINGOS ANGELINO RÉGIS	Metros²	660	660	100%
1.016	Fundo Municipal de Saúde	Investimentos em Equipamentos, Veículos e Estrutura Física de Saúde	R\$ 1.110.000,00	Recuperação, reforma e ampliação das seguintes unidades de saúde: UBS Verde Mar, UBS Gravata, UBS Porto das Balsas, UBS Pedreiras, CEO, CAPS, CRMH e Hospital Nossa Senhora dos Navegantes. Adquirir/locar 4 veículos para ampliação da frota. Fonte: Programação Anual de Saúde - ANO 2022.	Unidade	3	3	100%



1.017	Fundação Municipal de Cultura	Investimentos em Ações da Fundação Municipal de Cultura	R\$ 3.000,00	Atendimentos realizados através das ações da Fundação Cultural de Navegantes	Atendimentos	370	-	0%
1.018	Fundação Hospitalar de Navegantes	Investimentos em Equipamentos e Estrutura Física da Fundação Hospitalar	R\$ 3.000,00	-	-	-	0	0%
1.019	Instituto Ambiental de Navegantes - IAN	Investimentos em Ações do Instituto Ambiental de Navegantes - IAN	R\$ 53.000,00	-	-	-	-	0%
1.020	Fundo de Segurança contra Incêndio e Pânico FUMSCI	Aquisição de Veículos e Equipamentos para o FUMSCI	R\$ 200.000,00	-	-	-	-	0%
1.021	Fundo de Segurança contra Incêndio e Pânico FUMSCI	Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar	R\$ 50.000,00	-	-	-	-	0%
1.022	Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito	Ampliação e Recuperação da Sinalização Viária	R\$ 200.000,00	-	-	-	-	0%
1.023	Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito	Investimentos em Equipamentos de Vigilância e Trânsito	R\$ 200.000,00	-	-	-	-	0%
1.024	Instituto de Previdência Social dos Servidores Mun	Aquisição de terreno e construção da sede do Instituto de Previdência	R\$ 200.000,00	-	-	-	-	0%
2.023	Secretaria Municipal de Educação	Manutenção da Merenda Escolar da Educação Infantil e Creches	R\$ 2.200.000,00	Terceirização do Serviço de Alimentação Escolar	Aluno	6.057	7.062	117%
2.022	Secretaria Municipal de Educação	Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental	R\$ 2.200.000,00	Terceirização do Serviço de Alimentação Escolar	Aluno	11.263	12.039	107%
2.024	Secretaria Municipal de Educação	Manutenção do Transporte Escolar	R\$ 1.735.000,00	Manutenção dos veículos da frota do transporte escolar	Veículo	11	11	100%
2.078	Secretaria Municipal de Educação	Manutenção e Funcionamento da Educação especial	R\$ 1.351.000,00	Melhorias na estrutura Física e Pedagógica das Salas de Atendimento Educacional Especializado	Salas	11	2	18%
2.051	FUNDEL - Fundo de Desenvolvimento de Esporte e Lazer	Manutenção e funcionamento do FUNDEL	R\$ 150.000,00	PROJETOS	Unidade	17	0	0%
2.052	PROGRAMA BOLSA ATLETA	Manutenção e funcionamento do Programa Bolsa Atleta	R\$ 150.000,00	ATLETAS	Unidade	60	42	70%

### III - informações e análise sobre a execução do plano plurianual e prioridades escolhidas pelo Município na LDO, bem como a execução das metas escolhidas pela população em audiência pública.

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0032/2023.

### IV - Análise da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

- O Município de Navegantes não possui participações em empresas.



#### V - Análise comparativa entre a programação e a execução financeira de desembolso:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0032/2023.

#### VI - Demonstrativo dos restos a pagar, liquidados e não liquidados, existentes ao final do exercício, bem como sobre as despesas de exercícios anteriores registradas no Balanço Geral:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0032/2023.

#### VII - Demonstrativo dos valores mensais repassados no exercício ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0032/2023.

#### VIII - Em relação ao desempenho da arrecadação:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0032/2023.

#### IX - Demonstrativos dos indicadores fiscais da Lei Complementar nº 101/2000, relativos a despesas com pessoal, operações de crédito e endividamento e do cumprimento das metas fiscais, indicando as razões do não alcance das metas fiscais ou da extrapolação de limites, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites:

##### Limite de Gastos com Pessoal

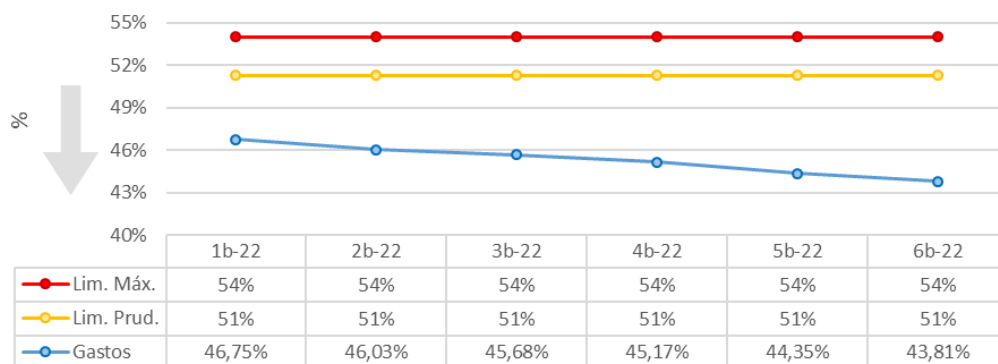
Valor Acumulado	1b-22	2b-22	3b-22	4b-22	5b-22	6b-22
Receita Corrente Líquida Ajustada (últimos 12 meses)	399.235.504	415.364.908	428.761.037	442.274.768	459.768.325	477.912.405
Limite máximo de gastos com pessoal - Poder Executivo (54%)	215.587.172	224.297.050	231.530.960	238.828.375	248.274.895	258.072.699
Limite prudencial de gastos com pessoal - Poder Executivo (51,3%)	204.807.813	213.082.198	219.954.412	226.886.956	235.861.151	245.169.064
Gastos com pessoal do Poder Executivo (12 meses)	186.632.058	191.175.420	195.844.487	199.755.141	203.888.750	209.395.119
Percentual de gastos com pessoal - Poder Executivo	46,75%	46,03%	45,68%	45,17%	44,35%	43,81%
Limite máximo de gastos com pessoal - Poder Legislativo (6%)	23.954.130	24.921.894	25.725.662	26.536.486	27.586.099	28.674.744
Gastos com pessoal do Poder Legislativo (12 meses)	3.543.297	3.668.208	3.856.910	4.023.898	4.152.268	4.379.572
Percentual de gastos com pessoal - Poder Legislativo	0,89%	0,88%	0,90%	0,91%	0,90%	0,92%
Limite máximo de gastos com pessoal - Consolidado (60%)	239.541.302	249.218.945	257.256.622	265.364.861	275.860.995	286.747.443
Gastos com pessoal - Consolidado (12 meses)	190.175.355	194.843.627	199.701.397	203.779.038	208.041.018	213.774.691
Percentual de gastos com pessoal - Consolidado	47,63%	46,91%	46,58%	46,08%	45,25%	44,73%

Fonte: RREO Anexo 3 (RCL) + RGF Anexo 1 (Gastos)

Pode-se observar na tabela acima e pelo gráfico abaixo, que o Poder Executivo Municipal cumpriu o limite máximo de gastos com pessoal (abaixo de 54,0%). Fazendo a verificação do percentual gasto apenas no que se refere ao limite prudencial (51,3%) o resultado ficou 7,49% abaixo.



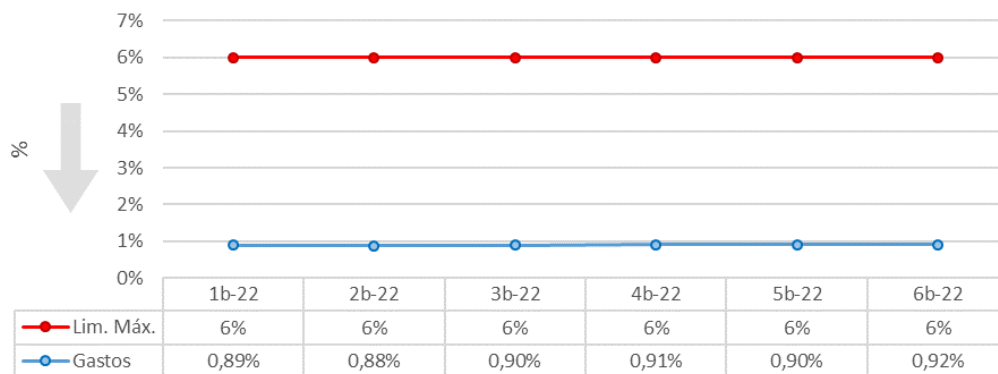
### Gastos com Pessoal - Executivo



De acordo com o gráfico acima é possível observar que no 1b-22 houve o maior índice do período em análise, no entanto no decorrer do exercício foram ocorrendo reduções no índice de aplicação dos gastos com pessoal, encerrando o exercício com o menor índice dos últimos 12 meses (43,81).

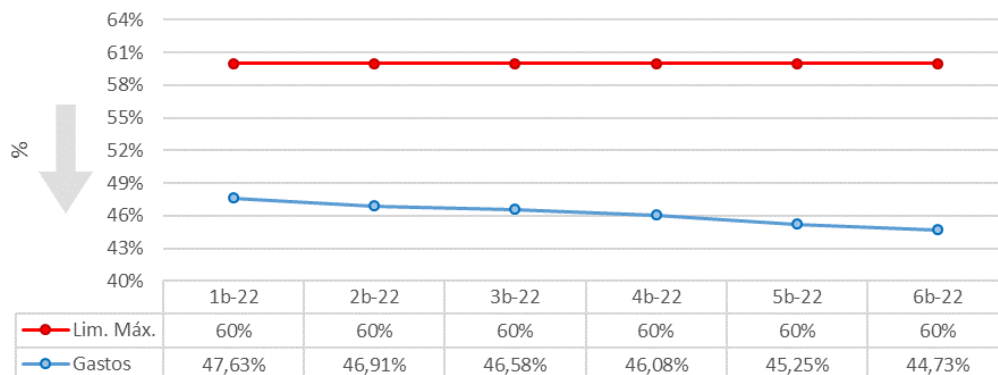
Vale ressaltar que os gastos em valores absolutos com a folha alcançaram o maior volume financeiro dos últimos 12 meses (R\$ 209,395 milhões) no 6b- 22.

### Gastos com Pessoal - Legislativo

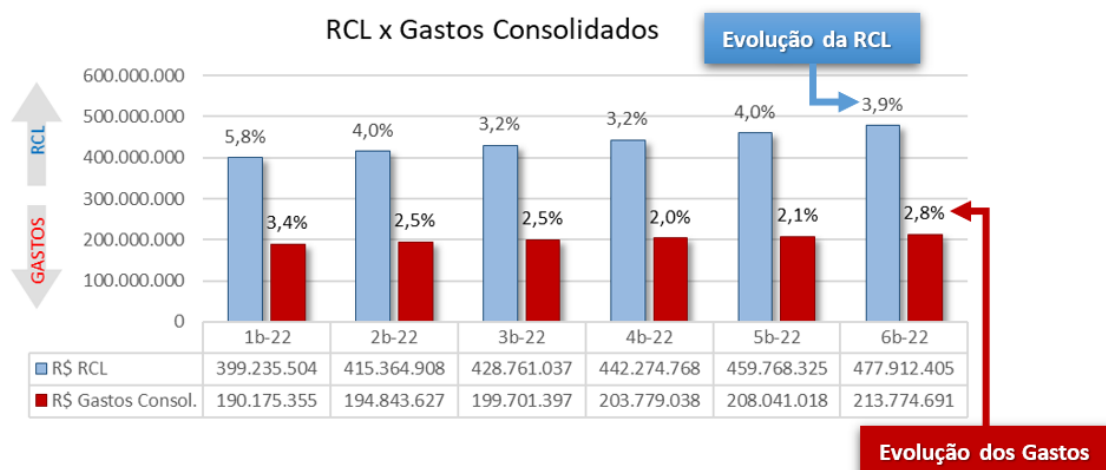


Com relação aos gastos do Legislativo, o índice continua bem abaixo do limite, não necessitando de nenhuma atuação no momento.

### Gastos com Pessoal - Consolidado



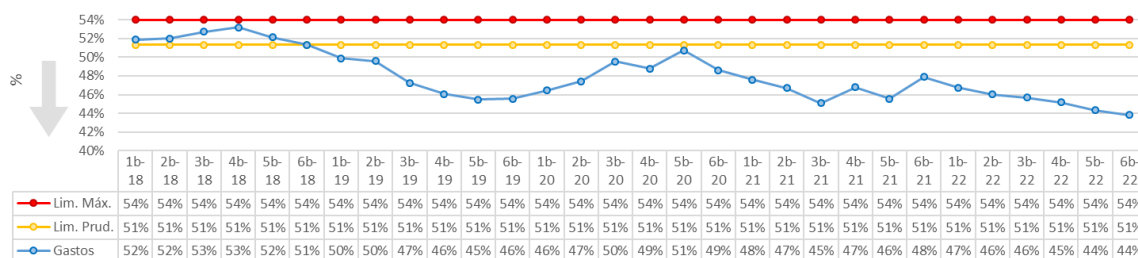
Nas informações consolidadas, o índice ficou 15,27% abaixo do limite máximo permitido. A título de informação, o resultado do último bimestre ficou abaixo da média anual que foi de 46,14%.



No gráfico acima é possível verificar o comportamento percentual da evolução da RCL e dos Gastos Consolidados durante o exercício. No 1b-22 a RCL teve o maior aumento da série em análise (5,8%) seguido do maior aumento da evolução dos gastos do exercício. No 2b-22 houve um aumento de 4% na RCL contra um aumento de 2,5% nos gastos com pessoal. No 3b-22 ocorreu novamente um aumento da RCL (3,2%) maior do que o aumento dos gastos (2,5%) e este efeito repetiu-se no 4b-22 onde a RCL aumentou 3,2% enquanto os gastos aumentaram apenas 2,00%. No 5b-22 ocorreu um aumento em termos percentuais de praticamente o dobro, da RCL (4,0%) comparado com os gastos (2,1%). No 6b-22 houve um aumento expressivo novamente de 3,9% da Receita Corrente Líquida enquanto a evolução dos gastos cresceu 2,8% no período.

Apesar do resultado atual ser considerado benéfico para o alcance dos limites constitucionais, deve-se continuar monitorando os dados e tomar medidas, caso necessário, para que não ocorra novamente uma possível entrada no limite máximo como ocorreu em 2018.

## Gastos com Pessoal - Executivo



## Limite da Dívida Pública

De acordo com a Resolução nº 40/2001, do SF, art. 1º, §1º, inciso V. a Dívida Consolidada Líquida é: a dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

Possui como limite definido na mesma Resolução em seu Art. 3º: A dívida consolidada líquida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao final do décimo quinto exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de publicação desta Resolução, não poderá exceder, respectivamente, a: (...) II - no caso dos Municípios: a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida (...).

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2020
Dívida Consolidada	36.423.644	34.997.023	54.965.812	53.416.453	51.859.967	17.560.747	37.812.831
Deduções (Disp. de Caixa - Rest. Pag. Proces.)	152.845.024	148.516.079	171.107.323	163.857.874	161.567.986	161.418.567	112.030.879
Dívida Consolidada Líquida	-116.421.380	-113.519.056	-116.141.510	-110.441.421	-109.708.019	-143.857.820	-74.218.047

Receita Corrente Líquida Ajustada	400.389.504	416.518.908	430.565.037	444.078.768	461.572.325	478.562.405	378.588.572
-----------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Limite Definido pelo Senado Federal (120% da RCL)	480.467.404	499.822.690	516.678.045	532.894.522	553.886.790	574.274.886	454.306.287
---	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

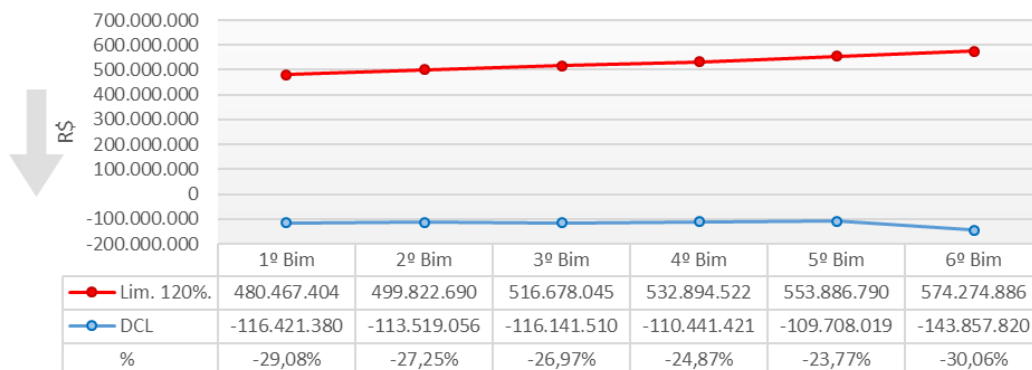
  

% da DCL de Navegantes sobre a RCL	-29,08%	-27,25%	-26,97%	-24,87%	-23,77%	-30,06%	-19,60%
------------------------------------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------

Fonte: RGF Anexo 2

Observa-se na tabela acima, que o Município não atinge o limite da dívida pública definido pelo Senado Federal. O limite é consideravelmente alto e o endividamento municipal pode ser considerado baixo.

### Dívida Consolidada Líquida



### Garantias e Contra Garantias de Valores

O Demonstrativo informa os valores das garantias concedidas pelo ente na contratação de operações de créditos pelos garantidos. Este demonstrativo visa a assegurar a transparência das garantias oferecidas a terceiros por Ente da Federação e verificar os limites de que trata a LRF, bem como das contra garantias vinculadas, decorrentes das operações de crédito internas e externas.

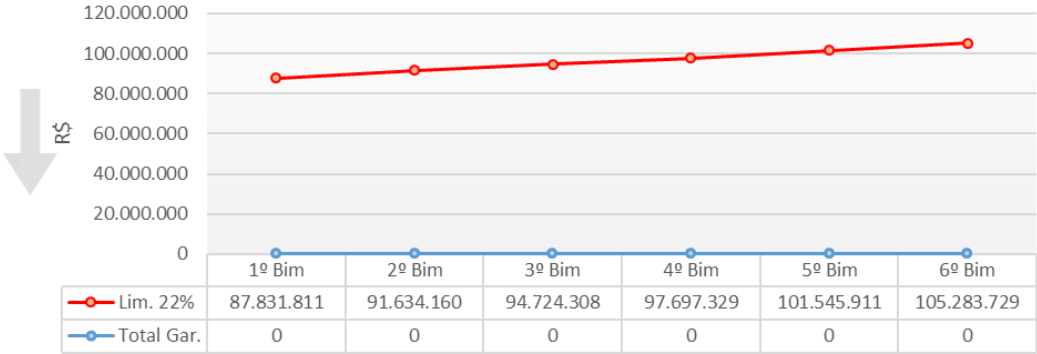
Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2020
Receita Corrente Líquida Ajustada	399.235.504	416.518.908	430.565.037	444.078.768	461.572.325	478.562.405	378.588.572
Limite Definido pelo Senado Federal (22% da RCL)	87.831.811	91.634.160	94.724.308	97.697.329	101.545.911	105.283.729	83.289.486
Total de Garantias Concedidas pelo Município	0	0	0	0	0	0	0
% das Garantias de Navegantes sobre a RCL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: RGF Anexo 3

Conforme preconiza o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, o saldo global das garantias concedidas pelos Estados, DF e Municípios não poderá exceder a 22% (vinte e dois por cento) da RCL. Como até o momento não houve nenhuma garantia concedida não há nenhuma preocupação com relação ao não atendimento das diretrizes da LRF.



### Garantias e Contragarantias de Valores



### Limite de Operações de Créditos

O demonstrativo visa assegurar a transparência das operações de crédito contraídas pelo Ente da Federação e verificar os limites de que trata a LRF e as Resoluções do Senado Federal.

O Senado Federal estabeleceu o limite do montante global das operações de crédito dos entes da Federação, da seguinte forma: Para os estados, DF e municípios 16% da RCL em cada exercício financeiro, sendo que o Município encerrou o exercício com um índice de 2,84%.

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Receita Corrente Líquida Ajustada	400.389.504	416.518.908	430.565.037	444.078.768	461.572.325	478.562.405
Limite Definido pelo Senado Federal (16% da RCL)	64.062.321	66.643.025	68.890.406	71.052.603	73.851.572	76.569.985

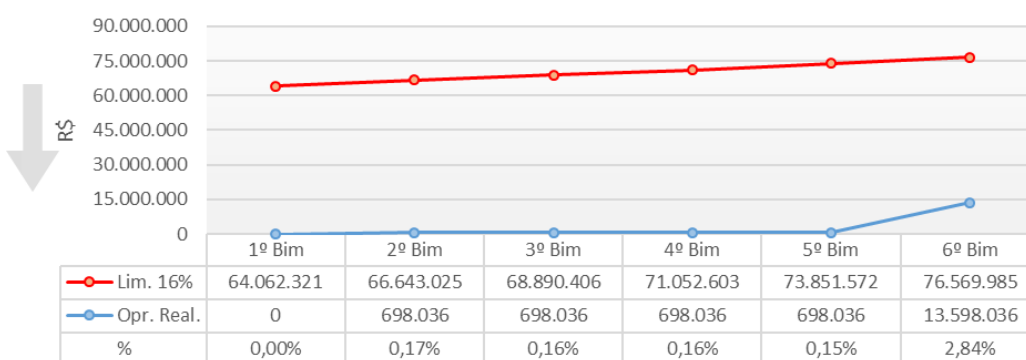
Total de Operações de Crédito realizadas	0	698.036	698.036	698.036	698.036	13.598.036
--	---	---------	---------	---------	---------	------------

% das Opr. Crédito sobre o RCL	0,00%	0,17%	0,16%	0,16%	0,15%	2,84%
--------------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: RGF Anexo 4 / RREO Anexo 9

Observa-se nos demonstrativos acima que o Município de Navegantes está abaixo do limite permitido para as operações de crédito no período.

### Limite de Operações de Crédito



Demonstrativo das metas fiscais, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites:

### Metas de Arrecadação

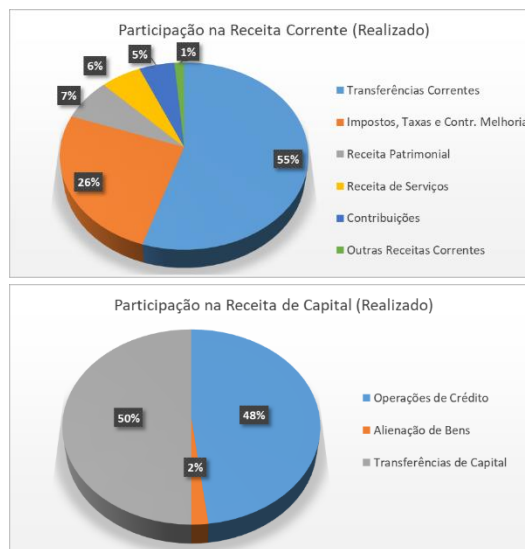
Receitas: Metas x Realizado	Acumulada	Acumulada	Diferença	%
	Meta	Receita	Receita - Meta	Receita ÷ Meta
<b>Receitas Correntes</b>	<b>381.768.000</b>	<b>522.912.073</b>	<b>141.144.073</b>	<b>137%</b>
Impostos, Taxas e Contr. Melhoria	89.418.000	133.785.259	44.367.259	150%
Contribuições	17.230.000	26.424.608	9.194.608	153%
Receita Patrimonial	8.634.500	37.700.585	29.066.085	437%
Receita de Serviços	26.716.000	30.351.830	3.635.830	114%
Transferências Correntes	235.875.000	287.381.024	51.506.024	122%
Outras Receitas Correntes	3.894.500	7.268.766	3.374.266	187%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>6.849.000</b>	<b>28.286.348</b>	<b>21.437.348</b>	<b>413%</b>
Operações de Crédito	3.992.000	13.598.036	9.606.036	341%
Alienação de Bens	1.000	540.566	539.566	54057%
Transferências de Capital	2.856.000	14.147.746	11.291.746	495%
<b>Receitas Intra-Orçamentárias Correntes</b>	<b>19.383.000</b>	<b>28.535.010</b>	<b>9.152.010</b>	<b>147%</b>
<b>TOTAL (Correntes + Capital)</b>	<b>388.617.000</b>	<b>551.198.420</b>	<b>162.581.420</b>	<b>142%</b>

Fonte: RREO ANEXO 1

Pode-se observar, pelo quadro acima, que o Município atingiu as metas gerais de arrecadação definidas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022, ficando com aproximadamente R\$ 162,581 milhões de superávit, o que representa 142% de atingimento da meta estabelecida. Esta análise leva em consideração apenas as categorias econômicas das receitas correntes e de capital, não fazendo parte do estudo as receitas intra-orçamentárias.

Desmembrando a análise pelas categorias econômicas, as “Receitas Correntes” estão superando a meta em 37%, as origens de recursos que estão acima da meta estipulada em destaque são “Receita Patrimonial” com 437% de atingimento da meta e os “Outras Receitas Correntes” com 187% de atingimento da meta. Nenhuma das subcategorias ficou abaixo da meta.

Fazendo a análise apenas da categoria econômica “Receitas de Capital” o percentual de atingimento neste período ficou com 413% de atingimento da meta. No 4º bimestre houve pela primeira vez a incidência de receita na categoria econômica “Alienação de Bens” o que contribuiu com 2% de toda a Receita de Capital no exercício. As “Operações de Crédito” tiveram um incremento significativo neste último bimestre de 2022, com o ingresso no valor de 12,900 milhões, com isto atingindo 341% da meta estipulada. Conforme demonstrado no gráfico ao lado, as maiores fatias das receitas correntes são derivadas das “Transferências Correntes” seguida dos “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria”, as duas juntas representam 81% de todas as receitas desta categoria. As “Receitas de Capital” ficaram praticamente divididas de forma igualitária entre as Operações de Crédito e as Transferências de Capital.



### Metas de Despesa

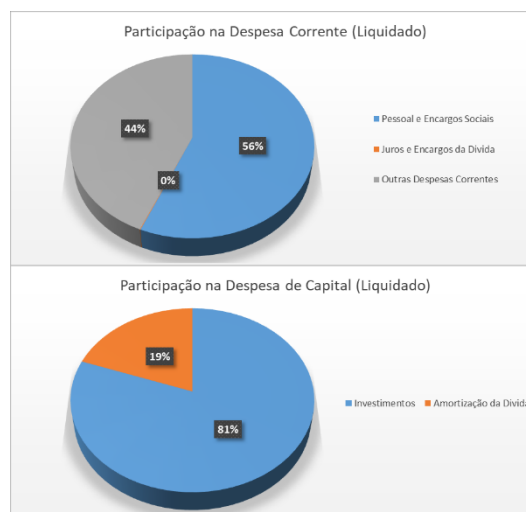
Despesas: Metas x Liquidado	Acumulada Meta Atualizada	Acumulada Liquidado	Diferença Liquid. - Meta	% Liquid. ÷ Meta
<b>Despesas Correntes</b>	<b>382.551.014</b>	<b>382.245.426</b>	<b>-305.588</b>	<b>99,9%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	200.398.729	215.497.493	15.098.765	107,5%
Juros e Encargos da Dívida	500.000	300.000	-200.000	60,0%
Outras Despesas Correntes	181.652.285	166.447.932	-15.204.353	91,6%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>95.180.538</b>	<b>44.764.757</b>	<b>-50.415.781</b>	<b>47,0%</b>
Investimentos	85.880.538	36.041.856	-49.838.682	42,0%
Amortização da Dívida	9.300.000	8.722.901	-577.099	93,8%
Reserva de Contingência	20.235.000	0	-20.235.000	0,0%
Despesas Intra-Orçamentárias	32.143.393	28.564.545	-3.578.849	88,9%
Superávit	0	124.158.704	124.158.704	0,0%
<b>TOTAL (Corrente + Capital)</b>	<b>477.731.552</b>	<b>427.010.182</b>	<b>-50.721.370</b>	<b>89,4%</b>

Fonte: RREO ANEXO 1

Conforme pode ser observado no quadro acima as despesas correntes e de capital estão abaixo da meta estipulada como valor máximo comparando com os valores liquidados. Os resultados totais das despesas ficaram cerca de R\$ 50,721 milhões abaixo da meta estipulada, alcançando um resultado de 89,4% de despesas liquidadas versus gastos previstos, sob a ótica das despesas correntes e de capital.

Na categoria econômica das “Despesas Correntes” o grupo de natureza de despesa “Pessoal e Encargos Sociais” apresentou um resultado de 107,5% de atingimento da meta, com um valor despendido de R\$ 15,098 milhões acima do previsto. No grupo de natureza de despesa “Juros e Encargos da Dívida” houve o atingimento de 60,0% da meta, ou seja, abaixo do que foi planejado. Ao analisar o grupo de natureza de despesa “Outras Despesas Correntes” o resultado foi de 91,6%.

Já na categoria econômica “Despesas de Capital”, o grupo de natureza de despesa “Amortização da Dívida”, apresenta o resultado de 93,8% da meta. Já no grupo de natureza de despesa “Investimentos” encerrou o bimestre com apenas 42,0% de atingimento da meta, o que pode levar a interpretação de que não estão sendo feitos investimentos no município ou estão sendo realizados de maneira muito lenta.





### Resultado Orçamentário (Corrente + Capital + Intra-Orçamentárias)

Receitas Realizadas até o 6º Bimestre (Incluindo Intra-Orçamentárias)	<b>R\$ 579.733.430,37</b>
--	---------------------------

Classificação	Empenhadas	Liquidadas
<b>Despesas Correntes</b>	<b>R\$ 407.346.504,45</b>	<b>R\$ 382.245.425,51</b>
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 215.580.902,58	R\$ 215.497.493,40
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 191.465.601,87	R\$ 166.447.932,11

<b>Despesas de Capital</b>	<b>R\$ 75.453.418,02</b>	<b>R\$ 44.764.756,61</b>
Investimentos	R\$ 66.730.517,01	R\$ 36.041.855,60
Amortização da Dívida	R\$ 8.722.901,01	R\$ 8.722.901,01

<b>Reserva de Contingência</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
--------------------------------	--------------	--------------

<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>R\$ 28.569.840,14</b>	<b>R\$ 28.564.544,53</b>
-------------------------------------	--------------------------	--------------------------

<b>Total Despesas</b>	<b>R\$ 511.369.762,61</b>	<b>R\$ 455.574.726,65</b>
-----------------------	---------------------------	---------------------------

<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>R\$ 68.363.667,76</b>	<b>R\$ 124.158.703,72</b>
<b>% Comprometido da Receita</b>	<b>88%</b>	<b>79%</b>

Fonte: RREO ANEXO 1

O resultado orçamentário, ao final de um exercício financeiro, é representado subtraindo-se da Receita Arrecadada, as despesas empenhadas no referido exercício. No ano de 2022, o resultado orçamentário alcançado pelo Município foi superavitário em R\$ 68,363 milhões resultando em um comprometimento de 88% da arrecadação do período.



### Comparação entre as Receitas e Despesas (Corrente + Capital)

Receitas e Despesas (Valores Acumulados )	6º Bim/22
Receitas Correntes Prevista	381.768.000,00
Receitas de Capital Prevista	6.849.000,00
<b>Total Receitas Prevista</b>	<b>388.617.000,00</b>
Receitas Correntes Realizada	522.912.072,80
Receitas de Capital Realizada	28.286.347,64
<b>Total de Receitas Realizada</b>	<b>551.198.420,44</b>
% Receita Corrente Realizada / Prevista	137,0%
% Receita de Capital Realizada / Prevista	413,0%
<b>% Receita Total Realizada / Receita Total Prevista</b>	<b>141,8%</b>
Despesas Correntes Prevista	382.551.013,75
Despesas de Capital Prevista	95.180.537,98
<b>Total Despesas Prevista</b>	<b>477.731.551,73</b>
Despesas Correntes Liquidada	382.245.425,51
Despesas de Capital Liquidada	44.764.756,61
<b>Total de Despesas Liquidadas</b>	<b>427.010.182,12</b>
% Despesas Corrente Liquidada / Prevista	99,9%
% Despesa de Capital Liquidada / Prevista	47,0%
<b>% Despesa Total Liquidada / Despesa Total Prevista</b>	<b>89,4%</b>
% <b>Despesa Liquidadas / Receita Realizada</b>	<b>77,5%</b>
Meta	100,0%

Fonte: RREO ANEXO 1

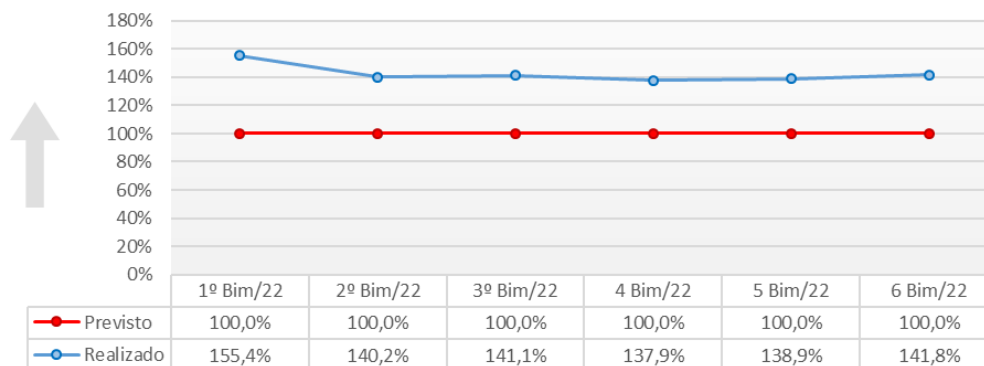
Pelos dados acima apresentados, podemos concluir que para cada R\$ 1,00 de receita corrente prevista o Município arrecadou R\$ 1,37 e para cada R\$ 1,00 de receita de capital prevista o Município arrecadou R\$ 4,13. Analisando o total da receita arrecadada, constatamos que o Município arrecadou R\$ 1,41, para cada R\$ 1,00 que havia previsto, consequentemente está cumprindo o disposto no artigo 13, da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Analisando as despesas pelo mesmo critério, concluímos que para cada R\$ 1,00 de despesa corrente prevista o Município realizou, R\$ 0,99. Para cada R\$ 1,00 de despesa de capital prevista, o Município realizou R\$ 0,47. Com relação ao total de gastos efetuados pelo Município, concluímos que foram realizados R\$ 0,89 para cada R\$ 1,00 de despesas que havia previsto.

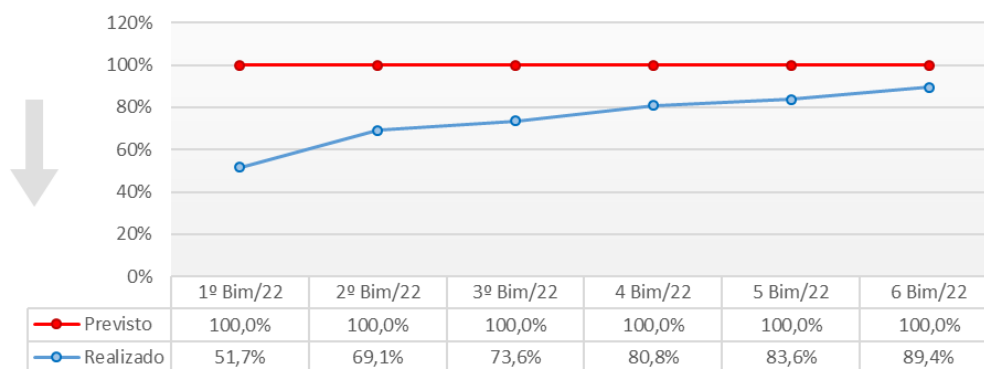
Do confronto entre o total de receita e despesas realizadas, concluímos que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada o município comprometeu com despesas a importância de apenas R\$ 0,77. Estes dados convergiram para o fechamento com superávit orçamentário, cumprindo desta forma o artigo 48, alínea “b” da lei 4320/64 e o artigo primeiro, parágrafo primeiro da Lei Complementar 101/2000.

Para efeito desta análise não estão sendo levado em consideração as informações de receitas e despesas intra-orçamentárias.

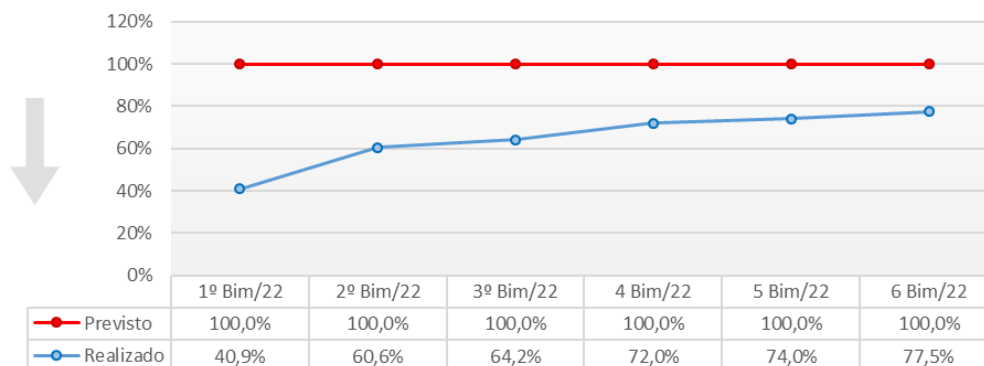
### % Receita Realizada / Receita Prevista



### % Despesa Liquidada / Despesa Prevista



### % Despesa Liquidadas / Receita Realizada





### Resultado Primário

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Receita Primária	87.935.690	163.038.038	252.705.043	328.129.509	409.720.372	500.004.168
Despesa Primária	51.270.318	132.015.601	200.534.961	277.330.334	358.466.226	447.672.784

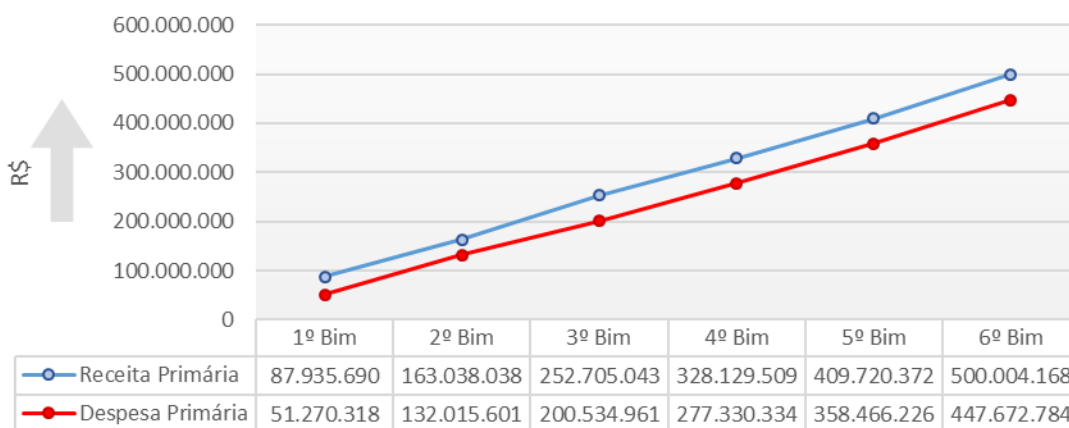
Resultado Primário	36.665.372	31.022.437	52.170.082	50.799.176	51.254.146	52.331.384
% Rec x Des	172%	123%	126%	118%	114%	112%
Meta	22.721.500	22.721.500	22.721.500	22.721.500	22.721.500	22.721.500

Fonte: RREO ANEXO 6

O resultado primário é um indicativo da capacidade dos governos em gerar receitas em volume suficiente para pagar suas contas usuais, sem que seja comprometida sua capacidade de administrar a dívida existente. De acordo com Manual de Demonstrativos Fiscais: Resultado primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias (não-financeiras).

Neste contexto, podemos evidenciar que no exercício de 2022 o município teve um resultado primário superavitário no montante de aproximadamente R\$ 52,331 milhões, sendo que esta análise leva em conta as despesas pagas.

### Resultado Primário (Acumulado)



### Resultado Nominal

O resultado nominal é o conceito fiscal amplo e representa a diferença entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros), em determinado período. Essa diferença corresponde à Necessidade de Financiamento do Setor Público. De acordo com Manual de Demonstrativos Fiscais: O objetivo da apuração do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida.

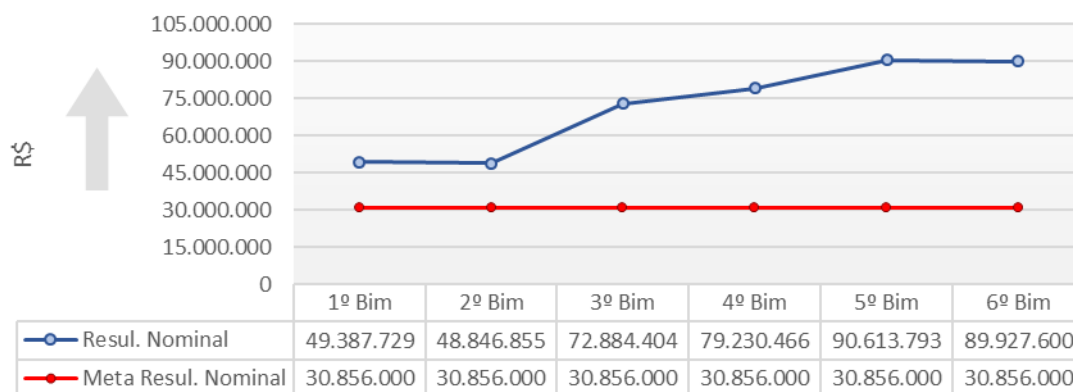
O critério apresentado primeiramente é chamado de “critério acima da linha”, é demonstrado a partir do resultado da diferença entre receitas e despesas e seu acompanhamento é realizado período a período.

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)	36.665.372	31.022.437	52.170.082	50.799.176	51.254.146	52.331.384
(+) Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	12.722.357	17.824.417	20.714.322	28.431.290	39.359.647	37.596.216
(-) Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	0	0	0	0	0	0

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII)	49.387.729	48.846.855	72.884.404	79.230.466	90.613.793	89.927.600
Meta Resultado Nominal - Acima da Linha	30.856.000	30.856.000	30.856.000	30.856.000	30.856.000	30.856.000

Fonte: RREO ANEXO 6

### Resultado Nominal - Acima da Linha



Pelos dados apresentados, o resultado alcançado no exercício se encontra acima da meta estipulada.

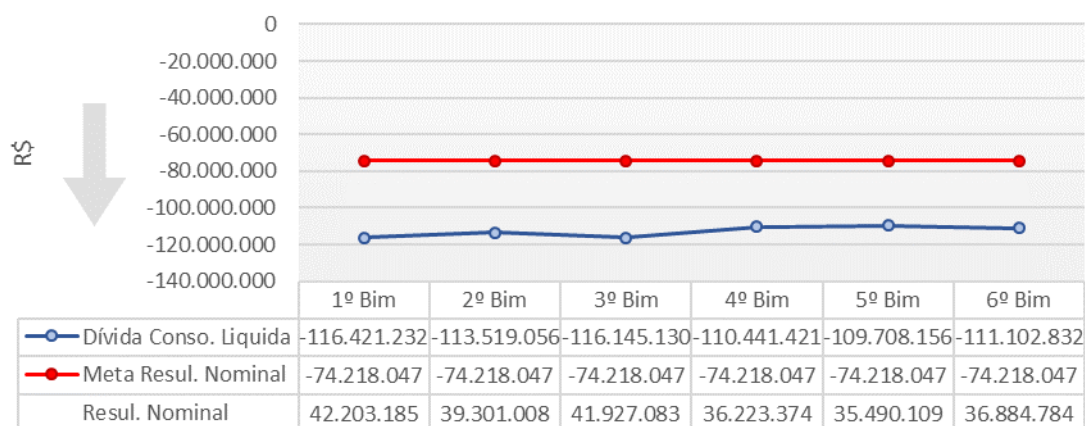
O segundo critério apresentado é outra forma de calcular o resultado nominal chamado de “critério abaixo da linha”, onde utiliza-se a variação da dívida líquida em comparação com o resultado do exercício anterior.

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2021
Dívida Consolidada	36.423.644	34.997.023	54.965.812	53.416.453	51.859.967	50.315.735	37.812.831
Deduções (Disp. de Caixa - Rest. Pag. Proces.)	152.844.876	148.516.079	171.110.942	163.857.874	161.568.123	161.418.567	112.030.879
Dívida Consolidada Líquida	-116.421.232	-113.519.056	-116.145.130	-110.441.421	-109.708.156	-111.102.832	-74.218.047

RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII)	42.203.185	39.301.008	41.927.083	36.223.374	35.490.109	36.884.784
Meta Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-74.218.047	-74.218.047	-74.218.047	-74.218.047	-74.218.047	-74.218.047

Fonte: RREO ANEXO 6

### Resultado Nominal - Abaixo da Linha



Observa-se, por esta metodologia, que a Dívida Consolidada Líquida do Município ficou negativa durante todo o exercício, encerrando 2022 em R\$ - 111,7 milhões, em razão de a disponibilidade de caixa ser muito superior ao montante da dívida pública.

**X – Avaliação do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em saúde, educação e FUNDEB, previstos nos arts. 198 e 212 da Constituição Federal e Art. 60 do ADCT:**

#### Dos gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde:

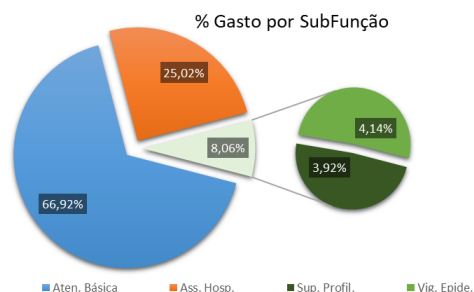
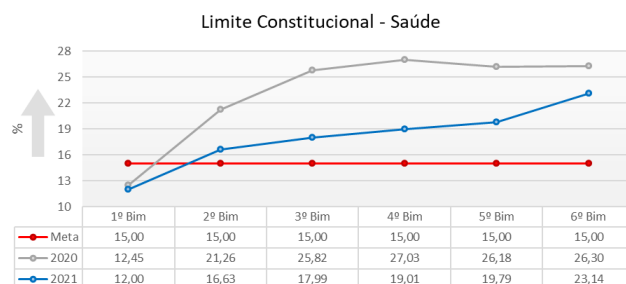
A Lei Complementar nº 141/2012 regulamentou o § 3º do art. 198 da Constituição Federal ao dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde, onde em seu art. 7º informa que os Municípios aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos.

Aplicação de 15% da Receita com Impostos com Saúde	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Total das Despesas com *ASPS (XII) = (XI)	6.828.882	16.843.954	26.148.912	35.631.875	45.842.729	64.944.766
(XIII-XIV-XV) Total das deduções consideradas para fins de limite	0	0	0	0	0	0
(XVI) Total das despesas para efeito de cálculo	6.828.882	16.843.954	26.148.912	35.631.875	45.842.729	64.944.766
(III) Total das receitas com impostos (base de cálculo para a saúde)	56.907.884	101.284.253	145.331.965	187.448.079	231.616.420	280.642.963
Valor mínimo a ser aplicado (15% das receitas com impostos)	8.536.183	15.192.638	21.799.795	28.117.212	34.742.463	42.096.444
Valor acima/abaixo do percentual de 15% das receitas com impostos	-1.707.301	1.651.316	4.349.118	7.514.663	11.100.266	22.848.321
Percentual aplicado 2022	12,00	16,63	17,99	19,01	19,79	23,14
Percentual mínimo a ser aplicado 2022	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00
Percentual aplicado acima/abaixo 2022	-3,00	1,63	2,99	4,01	4,79	8,14
Percentual aplicado 2017	13,01	18,06	20,22	22,17	22,68	24,20
Percentual aplicado 2018	15,05	20,13	21,82	23,63	24,38	25,03
Percentual aplicado 2019	15,47	21,17	23,69	24,16	24,43	26,20
Percentual aplicado 2020	12,45	21,26	25,82	27,03	26,18	26,30
Percentual aplicado 2021	12,76	17,59	20,19	21,66	21,73	24,65

Fonte RREO ANEXO 12 / \*ASPS (Ações e Serviço Público de Saúde)

Como pode ser evidenciado nos dados acima apresentados, o Município aplicou de recursos próprios em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), o montante de R\$ 64,944 milhões. Realizando a dedução dos valores que não são considerados para o cálculo do limite constitucional, o resultado foi de 23,14% de aplicação da receita proveniente de impostos no período. Desta forma, fica evidente que o Município ficou acima do limite constitucional de 15%, CUMPRINDO o disposto no Artigo 198, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 77, do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Vale mencionar que para efeito do cálculo deste índice, nos cinco primeiros bimestres são utilizados os valores liquidados, sempre considerando dados acumulados, e apenas no sexto bimestre é utilizado os valores empenhados acumulados no ano.



De acordo com o gráfico acima, é possível verificar o comportamento atual do índice e também do seu histórico, onde no início dos exercícios este índice não é alcançado, mas no decorrer dos bimestres o percentual aumenta significativamente acima da meta e se mantém até o final do exercício.

### Dos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE:

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao ensino, as despesas com MDE por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

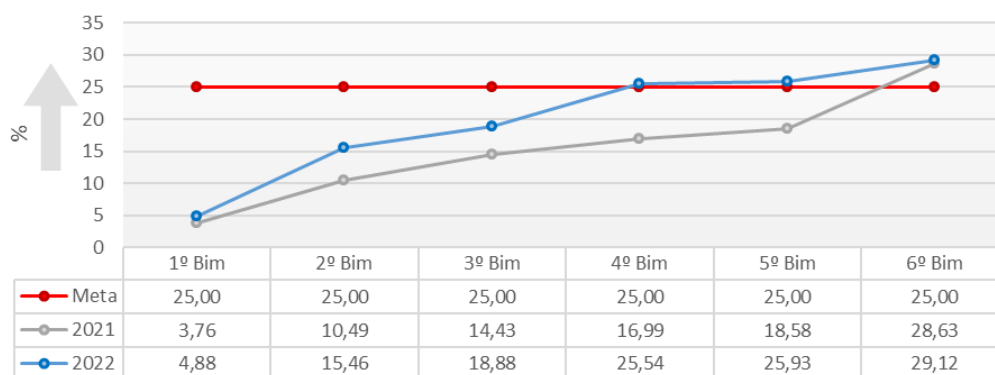
O Demonstrativo tem por objetivo demonstrar e avaliar o cumprimento dos limites mínimos de aplicação em MDE, do percentual da receita de impostos destinada ao FUNDEB, do limite mínimo de aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração do magistério da educação básica, bem como apresentar informações para fins de controle pelo governo e pela sociedade.

Aplicação de 25% da Receita de Impostos (art. 212 CF)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
32 - Total das Despesas para Fins de Limite	2.777.634	15.654.053	27.445.845	48.455.679	60.656.406	83.106.678
3 - Total das Receitas com Impostos	56.898.517	101.268.147	145.337.024	189.714.780	233.911.121	285.375.436
Valor Mínimo a ser Aplicado (25% das Receitas com Impostos)	14.224.629	25.317.037	36.334.256	47.428.695	58.477.780	71.343.859
Valor Acima/Abaixo do Limite (25%)	-11.446.996	-9.662.983	-8.888.411	1.026.984	2.178.626	11.762.818
Percentual Aplicado 2022	4,88	15,46	18,88	25,54	25,93	29,12
Meta 2022	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00
Percentual Aplicado 2017	10,28	13,57	21,38	24,28	24,12	27,06
Percentual Aplicado 2018	12,00	17,20	22,34	24,48	23,46	25,55
Percentual Aplicado 2019	6,57	14,91	17,86	21,22	21,69	27,96
Percentual Aplicado 2020	7,00	23,69	31,71	28,04	25,83	27,45
Percentual Aplicado 2021	3,76	10,49	14,43	16,99	18,58	28,63

Fonte: RREO Anexo 8

Pelos dados apresentados, fica evidenciado que o Município ficou com o percentual de aplicação dos recursos neste bimestre acima da meta. Com isso o Município conseguiu obter um resultado financeiro positivo de R\$ 11,762 milhões acima da meta, o que resultou em uma aplicação de 29,12% e com isso está sendo cumprido o disposto no artigo 212 da Constituição Federal, que define a aplicação mínima de 25,00% da Receita resultante de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção do desenvolvimento do ensino.

### Limite Constitucional - Educação



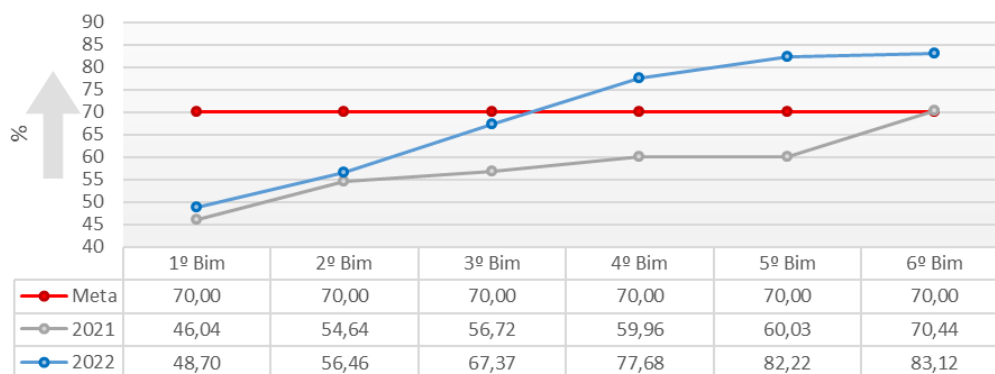
Este mesmo comportamento ocorreu no exercício do ano anterior, onde nos primeiros bimestres não foram alcançados a meta estabelecida, mas no decorrer do exercício o Município foi aumentando os investimentos nesta área e acabou superando a meta (limite mínimo) no final do ano.

<b>Aplicação mínima de 70% dos recursos do FUNDEB (Art. 212-A, inciso XI e § 3º - CF/88)</b>	<b>1º Bim</b>	<b>2º Bim</b>	<b>3º Bim</b>	<b>4º Bim</b>	<b>5º Bim</b>	<b>6º Bim</b>
6 - Receitas Recebidas do FUNDEB	21.621.433	41.454.021	61.548.367	79.663.048	97.463.518	116.132.092
70% das Receitas Recebidas do FUNDEB	15.135.003	29.017.814	43.083.857	55.764.133	68.224.462	81.292.465
13- Total das Despesas do FUNDEB com Profis. da Edu. Básica	10.529.048	23.404.600	41.466.334	61.881.975	80.137.640	96.527.304
Valor +/- Aplicado da Rec. do FUNDEB c/ Profis. da Edu. Básica	-4.605.955	-5.613.215	-1.617.524	6.117.842	11.913.177	15.234.839
Percentual Aplicado 2022	48,70	56,46	67,37	77,68	82,22	83,12
Meta 2021	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00
Percentual Aplicado 2017	77,42	81,84	85,75	85,71	79,30	76,51
Percentual Aplicado 2018	54,13	59,87	62,39	62,62	59,42	60,70
Percentual Aplicado 2019	46,02	51,18	53,25	57,41	59,26	64,12
Percentual Aplicado 2020	58,37	66,46	70,08	72,25	72,04	73,24
Percentual Aplicado 2021	46,04	54,64	56,72	59,96	60,03	70,44

Fonte: RREO Anexo 8

Com relação as despesas do FUNDEB, conclui-se que pelos valores despendidos com profissionais da educação básica, o Município aplicou 83,12% do total de recursos disponíveis, ou seja, valor acima da meta que é de 70% conforme disposto no Artigo 212-a, inciso XI e §3º da CF/88.

### Aplicação mínima de 70% - FUNDEB



De acordo com o gráfico acima apresentado, é possível verificar o histórico deste índice, o qual o comportamento se repete em todos os exercícios, ou seja, no início os resultados são bem abaixo da meta, mas no decorrer dos bimestres os índices vão melhorando gradativamente.

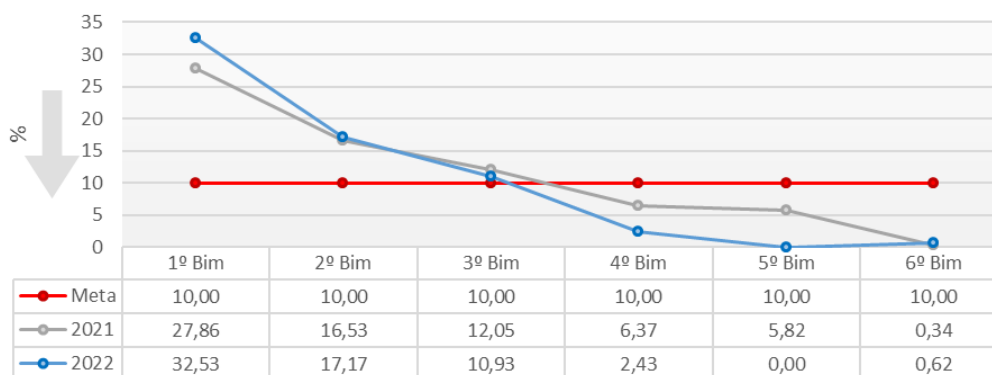
<b>Máximo de 10% de Superávit (Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020)</b>	<b>1º Bim</b>	<b>2º Bim</b>	<b>3º Bim</b>	<b>4º Bim</b>	<b>5º Bim</b>	<b>6º Bim</b>
9 - Total dos recursos do FUNDEB dispon. para utilização (6+8)	21.914.106	41.746.011	61.840.358	79.955.038	97.755.508	116.424.083
12 - Total das despesas com recursos do FUNDEB (10+11)	14.881.222	34.664.125	55.145.885	78.049.329	98.157.936	115.736.729
Valor não aplicado (n) (9-12) - Liquidado	7.032.885	7.116.624	6.729.212	1.938.937	0	720.581,88
Valor máximo permit. (10% de 6-Receitas Recebidas do FUNDEB)	2.162.143	4.145.402	6.154.837	7.966.305	9.746.352	11.613.209
Máximo de 10% não Aplicado no Exercício (Valor ñ aplicado / 6 - Rec. Recebidas) - 2022	32,53	17,17	10,93	2,43	0,00	0,62
Meta 2022	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
Percentual Aplicado 2018	9,30	-0,49	-5,02	-5,66	-0,17	3,34
Percentual Aplicado 2019	22,16	21,85	15,95	3,58	4,83	1,36
Percentual Aplicado 2020	16,47	-2,20	0,54	0,54	2,08	1,39
Máximo de 10% não Aplicado no Exercício 2021	27,86	16,53	12,05	6,37	5,82	0,34

Fonte: RREO Anexo 8

Com relação a não aplicação máxima de 10% dos recursos provenientes do FUNDEB, o resultado neste bimestre está abaixo do limite definido, com índice de não aplicação de 0,62%.



### Máximo de 10% de Superávit - FUNDEB



De acordo com o gráfico apresentado, é possível verificar que o comportamento deste índice neste bimestre ficou abaixo da meta, o que é bom, pois a meta, neste caso, se trata de um limite máximo. Vale ressaltar que este índice também sofreu alterações em 2021, onde foi alterado para um índice de 10% de não aplicação no exercício.

Historicamente nos primeiros bimestres do exercício os resultados ficam distante da meta, porém no decorrer dos demais períodos o índice vai sendo atingido e se mantém até o final do exercício, com isto cumprindo o disposto no Art.25, § 3º da Lei nº 14.113, de 2020.

### XI - Informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Modalidade/Forma	Despesa Liquidada Anual			Total Anual (A+B+C)
	Obras e Serviços de Engenharia (A)	Compras (B)	Contratação de Serviços (C)	
Concorrência	2.754.661,40	0,00	22.285.666,09	25.040.327,49
Tomada de Preços	5.386.494,31	0,00	83.058,67	5.469.552,98
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Concurso	0,00	0,00	0,00	22.285.666,09
Pregão Presencial	45.894,20	25.795.038,44	10.558.427,22	36.399.359,86
Pregão Eletrônico	38.500,00	10.472.844,74	11.147.016,60	21.658.361,34
Dispensa de Licitação (Art. 24, I e II)	0,00	221.762,69	77.567,15	299.329,84
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0,00	11.182.161,48	2.122.935,94	13.305.097,42
Inexigibilidade de Licitação	0,00	1.140.620,38	342.985,31	1.483.605,69
Regime Diferenciado de Contratação (RDC)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>8.225.549,91</b>	<b>48.812.427,73</b>	<b>46.617.656,98</b>	<b>125.941.300,71</b>

### XII - Informação sobre o quantitativo de servidores efetivos na administração direta e indireta e em comissão não integrantes do quadro efetivo:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0032/2023.



**XIII - Informação sobre o quantitativo de contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, Constituição Federal), na administração direta e indireta, indicando as normas legais autorizativas, com indicação do valor anual;**

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0032/2023.

**XIV - Informação sobre o quantitativo de contratos de estágio com indicação dos valores mensal e anual;**

Contratos de Estágio													
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Quantidade	24	23	25	22	21	20	18	17	22	22	24	22	-
R\$	21.948	23.775	21.138	29.810	27.805	28.927	25.629	21.875	27.969	31.483	31.470	30.073	321.902

**XV - Informações referentes aos contratos de terceirização de mão de obra na administração direta e indireta, com detalhamento dos postos de trabalho, respectivas funções e valores mensal e anual;**

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0032/2023.

**XVI - Demonstrativo dos gastos com divulgação, publicidade e propaganda por meio de contratos de prestação de serviços dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal:**

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0032/2023.

**XVII - Relação de convênios com União e Estado realizados no exercício e os pendentes de recebimento, indicando o número do termo, data, valor acordado, valor repassado, valor a receber, respectivos restos a pagar inscritos em razão do convênio e demais informações pertinentes:**

Ente Federati vo	Órgão/Entidad e	Numero de Emendas	Número de convênio	Data da assinatur a	Valor previsto para o convênio	Valor previsto para o exercício	Valor recebido	Valor a receber	Despesas liquidadas	Restos a Pagar decorrentes do convênio
Governo Federal	Ministério da Cidadania		873976/2018	28/08/20 18	R\$ 378.911,09	R\$ 238.856,00	R\$ 94.149,14	R\$ 225.278,86	R\$ 111.681,36	R\$ 35.730,02
Governo Federal	Ministério do Desenvolve mento Regional		906288/2020	29/12/20 20	R\$ 282.180,14	R\$ 238.856,00	R\$ 185.362,41	R\$ 53.493,59	R\$ 218.983,78	R\$ 63.196,36
Governo Federal	Ministério do Desenvolve mento Regional		915192/2021	28/10/20 21	R\$ 322.744,13	R\$ 238.856,00		R\$ 238.856,00	R\$ 0,00	R\$ 322.744,13
Governo Federal	Ministério do Desenvolve mento Regional	71260013	930425/2022		R\$ 445.000,00	R\$ 428.054,40		R\$ 428.054,40	R\$ 0,00	R\$ 445.000,00
Governo Federal	Ministério do Desenvolve mento Regional	Proposta 020528/2022			R\$ 241.856,00	R\$ 238.856,00		1000+M7200	R\$ 0,00	R\$ 241.856,00
Governo Federal	Ministério do Desenvolve mento Regional	Proposta 032711/2022	940201/2022		R\$ 5.048.342,62	R\$ 5.000.000,00		R\$ 5.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 5.048.342,62
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	Proposta 36000.401454/0 2-100			R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 465.585,33	R\$ 34.414,67
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	Proposta/2021 360004001242/0 2-100			R\$ 654.000,00	R\$ 654.000,00	R\$ 654.000,00	R\$ 0,00	R\$ 209.508,21	R\$ 444.491,79
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	Proposta/2021 36000.3857962/ 02-100			R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 266.737,73	R\$ 33.262,27
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	Proposta/2021 36000.3792482/ 02-100			R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	Proposta /2021 11474.0800001/ 21-008			R\$ 21.457,00	R\$ 21.457,00	R\$ 21.457,00	R\$ 0,00	R\$ 9.103,67	R\$ 12.353,33
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	Proposta/2021 11474.0800001/ 21-007			R\$ 299.918,00	R\$ 299.918,00	R\$ 299.918,00	R\$ 0,00	R\$ 20.932,00	R\$ 278.986,00

Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	Proposta /2021 11474.0800001/ 21-006			R\$ 249.321,00	R\$ 249.321,00	R\$ 249.321,00	R\$ 0,00	R\$ 249.321,00	R\$ 0,00
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	Proposta /2021 11474.0800001/ 21-005			R\$ 178.452,00	R\$ 178.452,00	R\$ 178.452,00	R\$ 0,00	R\$ 178.452,00	R\$ 0,00
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	Proposta /2021 11474.0800001/ 200-04			R\$ 101.763,00	R\$ 101.763,00	R\$ 101.763,00	R\$ 0,00	R\$ 98.063,88	R\$ 3.699,12
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	Proposta / 2021 36000.3727822/ 02-100			R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	26330006			R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	39490002			R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	41850002			R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	39320004			R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	22100017			R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	28560003			R\$ 753.433,00	R\$ 753.433,00	R\$ 753.433,00	R\$ 0,00	R\$ 753.433,00	R\$ 0,00
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	71260009			R\$ 350.000,00	R\$ 350.000,00	R\$ 350.000,00	R\$ 0,00	R\$ 308.911,04	R\$ 41.088,96
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	71260004			R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00

Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	81000311			R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 250.000,00
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	401500009			R\$ 131.289,00	R\$ 131.289,00	R\$ 131.289,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 131.289,00
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	90550005			R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	81000312			R\$ 280.000,00	R\$ 280.000,00	R\$ 280.000,00	R\$ 0,00	R\$ 154.316,39	R\$ 125.683,61
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	90550004			R\$ 245.720,00	R\$ 245.720,00	R\$ 245.720,00	R\$ 0,00	R\$ 245.720,00	R\$ 0,00
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	41290001			R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 138.144,85	R\$ 11.855,15
Governo Federal - Saúde	Ministério da Saúde	81000293			R\$ 149.859,00	R\$ 149.859,00	R\$ 149.859,00	R\$ 0,00	R\$ 52.242,66	R\$ 97.616,34
Governo do Estado	CBMSC	SCC 00015173/2021	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	21/10/2021	R\$ 824.705,56	R\$ 824.705,56	R\$ 537.352,78	R\$ 287.352,78	R\$ 276.632,93	R\$ 548.072,63
Governo do Estado	CBMSC	SCC 00019966/2021	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	17/11/2021	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00
Governo do Estado	FESPORTE	FESPORTE 0740/2021	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	24/11/2021	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00		R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 150.000,00
Governo do Estado	SED - Secretaria de Estado da Educação	SCC 00020127/2021	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	22/11/2021	R\$ 341.754,72	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 137.667,33	R\$ 204.087,39

Governo do Estado	SAR - Secretaria da Agricultura, Pesca e do Desenvolvimento Rural	SAR 4293/2021	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	23/11/2021	R\$ 411.660,60	R\$ 411.660,60	R\$ 282.179,88	R\$ 129.480,72	R\$ 282.179,88	R\$ 129.480,72
Governo do Estado	SAR - Secretaria da Agricultura, Pesca e do Desenvolvimento Rural	SAR 4292/2021	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	23/11/2021	R\$ 314.623,07	R\$ 314.623,07	R\$ 150.000,00	R\$ 164.623,07	R\$ 0,00	R\$ 314.623,07
Governo do Estado	SIE-Secretaria de Estado da infraestrutura e Mobilidade	SSC 0024704/2021	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	29/12/2021	R\$ 652.930,82	R\$ 652.930,82	R\$ 451.465,41	R\$ 201.465,41	R\$ 451.297,73	R\$ 201.633,09
Governo do Estado	SIE-Secretaria de Estado da infraestrutura e Mobilidade	SSC 00024706/2021	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	29/12/2021	R\$ 2.819.151,40	R\$ 1.431.139,81	R\$ 915.569,91	R\$ 515.569,90	R\$ 579.622,18	R\$ 2.239.529,22
Governo do Estado	SIE-Secretaria de Estado da infraestrutura e Mobilidade	SSC 00024710/2021	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	29/12/2021	R\$ 2.830.597,79	R\$ 2.229.998,58	R\$ 1.076.666,19	R\$ 1.153.332,39	R\$ 78.837,46	R\$ 2.751.760,33
Governo do Estado	SAR - Secretaria da Agricultura, Pesca e do Desenvolvimento Rural	SCC 00024421/2021	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	29/12/2021	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00		R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 250.000,00
Governo do Estado	SIE-Secretaria de Estado da infraestrutura e Mobilidade	SCC 00002740/2022	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	08/06/2022	R\$ 744.800,47	R\$ 744.800,47	R\$ 744.847,00	-R\$ 46,53	R\$ 310.539,05	R\$ 434.261,42
Governo do Estado	FESPORTE	SCC 00020106/2021	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	29/12/2021	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00		R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00
Governo do Estado	SIE-Secretaria de Estado da infraestrutura e Mobilidade	SCC 00004096/2022	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	11/04/2022	R\$ 882.744,02	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 741.592,73	R\$ 141.151,29
Governo do Estado	SED - Secretaria de Estado da Educação	SED 00099702/2022	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	27/06/2022	R\$ 10.370.940,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ 3.750.000,00	R\$ 1.250.000,00	R\$ 9.015.343,52	R\$ 1.355.596,48
Governo do Estado	SIE-Secretaria de Estado da infraestrutura e Mobilidade	PLANO 1000		24/06/2022	R\$ 23.947.822,60	R\$ 8.000.000,00	R\$ 3.995.771,21	R\$ 19.952.051,39	R\$ 2.478.525,48	R\$ 21.469.297,12

Governo do Estado	FESPORTE	SCC 00020189/2021	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	11/05/2022	R\$ 149.235,31	R\$ 149.235,31		R\$ 149.235,31	R\$ 0,00	R\$ 149.235,31
Governo do Estado	SIE-Secretaria de Estado da infraestrutura e Mobilidade	SCC 00024830/2021	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	11/05/2022	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00		R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00
Governo do Estado	SAR - Secretaria da Agricultura, Pesca e do Desenvolvimento Rural	SCC 00006225/2022	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	11/05/2022	R\$ 191.500,00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 191.500,00	R\$ 0,00
Governo do Estado	SED - Secretaria de Estado da Educação	SCC 00008634/2022	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	27/06/2022	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00		R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00
Governo do Estado	FESPORTE	FESPORTE 134/2022	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	27/06/2022	R\$ 195.000,00	R\$ 195.000,00		R\$ 195.000,00	R\$ 0,00	R\$ 195.000,00
#VALOR !	FUNDAM	1697/2021	EMENDA IMPOSITIVA		R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00
Governo do Estado	SAR - Secretaria da Agricultura, Pesca e do Desenvolvimento Rural	0656/2021	EMENDA IMPOSITIVA		R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 240.782,90	R\$ 9.217,10
Governo do Estado	SED - Secretaria de Estado da Educação	0236/2021	EMENDA IMPOSITIVA		R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 147.488,86	R\$ 52.511,14
Governo do Estado	SES - Secretaria de Estado da Saúde	0149/2021	EMENDA IMPOSITIVA		R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 78.580,00	R\$ 71.420,00

Governo do Estado	SES - Secretaria de Estado da Saúde	0385/2021	EMENDA IMPOSITIVA		R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00
Governo do Estado	SES - Secretaria de Estado da Saúde	0937/2021	EMENDA IMPOSITIVA		R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00
Governo do Estado	SSP - Secretaria Segurança Pública	0204/2021	EMENDA IMPOSITIVA		R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 120.000,00
Governo do Estado	SAR - Secretaria da Agricultura, Pesca e do Desenvolvimento Rural	2037/2022	EMENDA IMPOSITIVA		R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00
Governo do Estado	SSP - Secretaria Segurança Pública	0516/2022	EMENDA IMPOSITIVA		R\$ 175.000,00	R\$ 175.000,00		R\$ 175.000,00	R\$ 0,00	R\$ 175.000,00
Governo do Estado	SAR - Secretaria da Agricultura, Pesca e do Desenvolvimento Rural	2113/2022	EMENDA IMPOSITIVA		R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00
Governo do Estado	SSP - Secretaria Segurança Pública	0054/2022	EMENDA IMPOSITIVA		R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00
Governo do Estado	SED - Secretaria de Estado da Educação	1919/2022	EMENDA IMPOSITIVA		R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00		R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00
Governo do Estado	SED - Secretaria de Estado da Educação	1922/2022	EMENDA IMPOSITIVA		R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00
Governo do Estado	SIE-Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	0614/2022	EMENDA IMPOSITIVA		R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00
Governo do Estado	SED - Secretaria de Estado da Educação	1780/2022	EMENDA IMPOSITIVA		R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00



Governo do Estado	SES - Secretaria de Estado da Saúde	2251/2022	EMENDA IMPOSITIVA		R\$ 243.513,92	R\$ 243.513,92	R\$ 243.513,92	R\$ 0,00	R\$ 243.513,92	R\$ 0,00
Governo do Estado	SES - Secretaria de Estado da Saúde	2236/2022	EMENDA IMPOSITIVA		R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00

**XVIII - Relatório sobre eventos justificadores de situações de emergência ou calamidade pública, com os reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para atendimento específico ao evento, indicando número do empenho:**

Evento (A)	Número do Ato de Reconhecimento de Emergência ou Calamidade (B)	Período de Validade do Ato (C)	Despesa Extraordinária Empenhada no Exercício (D)	Exercício:	2022
				Despesa Extraordinária Liquidada no Exercício (E)	Número do Empenho (F)
DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGENCIA NO MUNICÍPIO EM DECORRÊNCIA DA TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA - VENDEVAL - 1.3.2.1.5 - COBRADE, CONFORME PORTARIA MDR Nº 260, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2022.	DECRETO Nº 256/2022	10/08/2022 a 10/02/2023	0,00	0,00	6537/2022
DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR TEMPESTADES LOCAL CONVECTIVA/CHUVAS INTENSAS (COBRADE 1.3.2.1.4).	DECRETO Nº 451/2022	20/12/2022 a 20/06/2023	240.000,00	0,00	6537/2022

**XIX - Manifestação sobre as providências adotadas pelo Poder Público municipal em relação às ressalvas e recomendações do Tribunal de Contas emitidas nos pareceres prévios dos três exercícios anteriores:**

Exercício:	2019
Processo:	PCP 20/00089784
Administrador:	Emílio Vieira
Ressalva ou recomendação	Providências adotadas
1.1.1. Recomendar à Prefeitura Municipal de Navegantes que com o envolvimento e responsabilização do órgão de controle interno, adote providências com vistas a prevenir a ocorrência de nova irregularidade da mesma natureza da registrada no item 9.2.1 do Relatório DGO;	Recomendação encaminhada aos setores competentes para as devidas providências, para evitar nova ocorrência do problema nos exercícios subsequentes. O fato não foi registrado nas contas de 2020, 2021 e 2022.
1.1.2. Recomendar à Prefeitura Municipal de Navegantes que formule os instrumentos de planejamento e orçamento Público competentes (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA) de maneira que seja assegurada a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com a diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e com o Plano Municipal de Educação (PME), a fim de viabilizar sua plena execução e cumprir o preconizado no art. 10 da Lei n. 13.005/2014 (PNE);	Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências. A situação foi considerada na elaboração do novo PPA.
1.1.3. Recomendar à Prefeitura Municipal de Navegantes que atente para o cumprimento da Instrução Normativa n. TC-0020/2015, na apresentação das contas de gestão relativas ao exercício de 2020 (a ser apresentada em 2021), especialmente no que se refere ao inciso XVIII do Anexo II, referente às despesas relativas ao enfrentamento da pandemia de COVID-19;	Os dados já contam do Item XVIII do Relatório (Anexo II) das contas de 2020, nos termos da IN n. TC-20/2015.
1.2. Recomendar ao Município de Navegantes que adote os procedimentos necessários para revisão do Plano Diretor, objetivando	Foi contratada, no final de 2021, a Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB para a realização dos estudos de revisão do Plano de Diretor. Atualmente os trabalhos estão em fase de “Conferência da Cidade”,

atender às determinações do § 3º do art. 40 da Lei n. 10.257/01 (Estatuto da Cidade).	com a realização de audiências com os delegados para posterior envio ao Legislativo.
2. Alertar a Prefeitura Municipal de Navegantes que, com o envolvimento e responsabilização do órgão de controle interno, observe as recomendações, determinação, solicitações e ciência constantes dos itens I a III da Conclusão do Relatório DGO.	Recomendação encaminhada aos setores competentes para ciência e adoção de providências. As recomendações, determinação, solicitações e ciência constantes dos itens I a III da Conclusão do Relatório DGO foram devidamente observadas.
3. Recomendar ao Município de Navegantes que, após o trânsito em julgado, divulgue esta prestação de contas e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF.	O Município publica anualmente as prestações de contas e o respectivo parecer prévio em sua página de transparência ( <a href="https://www.navegantes.sc.gov.br/pareceres-previos-tce-sc-">https://www.navegantes.sc.gov.br/pareceres-previos-tce-sc-</a> ).
4. Solicita à egrégia Câmara de Vereadores que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.	As contas anuais do Município relativas ao exercício financeiro de 2019 foram aprovadas por meio de Decreto legislativo nº 10/2020, de 14 de dezembro de 2020, e o Legislativo já foi cientificado da solicitação, conforme prescreve o art. 59 da LC Estadual nº 202/2000.

<b>Exercício:</b>	<b>2020</b>
<b>Processo:</b>	PCP 21/00150639
<b>Administrador:</b>	Emílio Vieira
<b>Ressalva ou recomendação</b>	<b>Providências adotadas</b>
1.2.1. observe atentamente as disposições do Anexo II da Instrução Normativa n. TC-0020/2015, especialmente no que se refere ao inciso XVIII, diante do prosseguimento do cenário de pandemia de COVID-19;	Os dados já contam do Item XVIII do Relatório (Anexo II) das contas de 2020 e 2021, nos termos da IN n. TC-20/2015.
1.2.2. adote os procedimentos necessários ao cumprimento de todos os aspectos avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais;	Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências.
1.2.3. adote providências tendentes a garantir a remessa do balanço anual - Prestação de Contas do Prefeito, nos termos do artigo 51 da Lei Complementar n.º 202/2000 c/c o artigo 7º da Instrução Normativa nº TC – 20/2015;	Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências.
1.2.4. adote providências para que os pareceres dos Conselhos Municipais (art. 7º, inciso II, e parágrafo único, da Instrução Normativa nº TC- 020/2015) contenham a nominata dos membros do Conselho, quais órgãos ou entidades representam, quem participou da sessão de apreciação das contas, quais os motivos de eventuais ausências, qual o resultado da votação, contenham a assinatura de todos os membros presentes da sessão, com identificação das pessoas nas respectivas assinaturas, e a ata da sessão;	Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências.
1.2.5. adote providências tendentes a garantir o alcance da meta estabelecida para o atendimento da educação infantil na pré-escola, observando o disposto no Plano Municipal de Educação e na parte inicial da Meta 1 da Lei Federal nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE);	Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências. O PME vem sendo monitorado pelo órgão de controle interno. A Secretaria de Educação tem adotado medidas buscando o atendimento das metas, porém algumas ainda estão em andamento e, consequentemente, várias metas ainda não foram atingidas. Algumas destas mudanças envolvem questões legislativas com certa complexidade e estão em fase de discussão.
1.2.6. adote providências para evitar repetição de impropriedades na contabilização, como os relatados nos itens 11.2.1 e 11.2.2 do Relatório DGO nº 90/2021;	Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências, evitando a ocorrência das mesmas impropriedades nos exercícios subsequentes.
1.2.7. adote providências para adequação do plano diretor, tendo em vista que o Município não possui plano diretor revisado, em dissonância ao art. 40, § 3º, da Lei n. 10.257/01;	Foi contratada, no final de 2021, a Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB para a realização dos estudos de revisão do Plano de Diretor. Atualmente os trabalhos estão em fase de “Conferência da Cidade”, com a realização de audiências com os delegados para posterior envio ao Legislativo.

<b>Exercício:</b>	<b>2021</b>
<b>Processo:</b>	PCP 21/00150639
<b>Administrador:</b>	Libardoni Lauro Claudino Fronza
<b>Ressalva ou recomendação</b>	<b>Providências adotadas</b>
2.1. atente para a seguinte restrição apontada pelo Órgão Instrutivo: 2.1.1. Disponibilidades Financeiras Vinculadas (Cota-parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP), no valor de R\$ 853.752,78, com indicativo de especificação de Fonte de Recurso Ordinário (FR 00), quando deveria estar registrada na Fonte de Recursos 39, conforme Tabela da Destinação da Receita Pública ( <a href="https://www.tcesc.tc.br/content/tabela-de-download-2021">https://www.tcesc.tc.br/content/tabela-de-download-2021</a> ), em desacordo com o art. 85 da Lei n. 4.320/64 c/c o art. 8º, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, f. 72 dos autos e Anexos da Instrução, Doc. 11);	Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências.

2.2. observe a Taxa de Atendimento em creche, de crianças de 4 a 5 anos de idade, que frequentaram a Pré-escola no referido Município, em 2021, foi de 69,94%, estando fora da Meta 1 do Plano Nacional de Educação;	Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências. O PME vem sendo monitorado pelo órgão de controle interno. A Secretaria de Educação tem adotado medidas buscando o atendimento das metas, porém algumas ainda estão em andamento e, consequentemente, várias metas ainda não foram atingidas. Algumas destas mudanças envolvem questões legislativas com certa complexidade e estão em fase de discussão.
2.3. adote medidas para incluir em suas políticas públicas de saúde, além do planejamento e execução do Plano Nacional de Saúde, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS;	Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências.
2.4. formule os instrumentos de planejamento e orçamento público competentes – o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) – de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e com o Plano Municipal de Educação (PME), a fim de viabilizar sua plena execução e cumprir o preconizado no art. 10 da Lei n. 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE);	Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências.
2.5. observe atentamente as disposições do Anexo II da Instrução Normativa n. TC-20/2015, especialmente no que se refere ao inciso XVIII, diante do cenário de pandemia de COVID-19;	Nas contas de 2022 não foram registrados eventos justificadores de situação de emergência relacionados à pandemia de COVID-19 e não foram mais realizados gastos extraordinários derivados desta situação.
2.6. após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF.	O Município publica anualmente as prestações de contas e o respectivo parecer prévio em sua página de transparência ( <a href="https://www.navegantes.sc.gov.br/pareceres-previos-tce-sc-">https://www.navegantes.sc.gov.br/pareceres-previos-tce-sc-</a> ). As prestações de contas e parecer prévio relativas ao exercício de 2021 e anos anteriores já estão devidamente publicadas.
3. Solicita à Egrégia Câmara de Vereadores de Navegantes que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.	Recomendação encaminhada aos setores competentes para a adoção de providências. Este órgão de Controle Interno vem alertando o Poder Legislativo para o atendimento à solicitação.

**XX - Demonstrativo dos valores arrecadados decorrentes de decisões do Tribunal de Contas que imputaram débito a responsáveis, individualizados por título, com indicação das providências adotadas em relação aos títulos pendentes de execução para ressarcimento ao erário:**

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0032/2023.

**XXI – Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei (federal) nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME):**

Lei municipal: Lei Complementar nº 245 de 17 de junho de 2015					6º BIMESTRE/2022		
META PME	Nro do Indicador	Descrição do Indicador	Até	Meta Prevista	Resultado do Atual em %	Observações	Avaliação da Meta
<b>Meta 1.</b> Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. Atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano.	1.A	Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola	2016	100%	92,00%	Meta executada referente ao período de 2021 (dado oficial - INEP e Data SUS) - Conforme informações da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME	Não atendeu
	1.B	Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola /creche.	2024	50%	61,90%	Meta executada referente ao período de 2021 (dado oficial - INEP e Data SUS) - Conforme informações da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME	Atendeu

<b>Meta 02.</b> Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos. Garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação.	2.A	Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.	2024	100%	175,90%	Meta executada referente ao período de 2021 (dado oficial - INEP e Data SUS) - Conforme informações da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME	Atendeu
	2.B	Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído.	2024	95%	73,50%		Não atendeu
<b>Meta 3.</b> Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos. Elevar, até o final do período de vigência deste Plano Municipal de Educação, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).	3.A	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.	2016	100%	97,50%	Meta executada referente ao período de 2021 (dado oficial - INEP e Data SUS) - Conforme informações da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME	Não atendeu
	3.B	Taxa de escolarização líquida no Ensino Médio da população de 15 a 17 anos.	2024	85%	73,50%		Não atendeu
<b>Meta 4.</b> Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.	4.A	Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.	2024	100%	100,00%	Para o cálculo do indicador A no caso da Meta 4 não é possível calcular a população em razão da carência de informações sobre o público-alvo da educação especial.  Além dessa restrição, ressaltam-se as diferentes metodologias adotadas pelo Censo Demográfico, de um lado, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pelo PNE e pelo Censo da Educação Básica, de outro.  Enquanto o Censo Demográfico identifica pessoas que não conseguem ou tem diferentes graus de dificuldade permanente para enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus ou ainda possuem alguma deficiência mental/intelectual permanente que limite as suas atividades habituais, a LDB, o PNE e o Censo da Educação Básica fazem referência às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.  O Censo da Educação Básica, entretanto, fornece apenas informações sobre a população que frequenta a escola, não permitindo, portanto, a identificação do quantitativo dos indivíduos fora da escola.  Sendo assim, serão utilizados como dados da população com deficiência os dados totais de matrícula da educação especial.	Atendeu
	4.B	Percentual de matrículas em classes comuns do Ensino Regular e/ou EJA da Educação Básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	2024	100%	100,00%		Atendeu
<b>Meta 5.</b> Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.	5.A	Estudantes com proficiência insuficiente em Leitura (nível 1 da escala de proficiência)	2024	100%	48,87%	Meta executada referente ao período de 2016 (dado oficial - INEP) - Conforme informações da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME - O último resultado da Avaliação Nacional de Alfabetização foi publicado em 2016.	Atendeu

	5.B	Estudantes com proficiência insuficiente em Escrita (níveis 1, 2 e 3 da escala de proficiência)	2024	100%	75,54%	Meta executada referente ao período de 2016 (dado oficial - INEP) - Conforme informações da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME - O último resultado da Avaliação Nacional de Alfabetização foi publicado em 2016.	Atendeu
	5.C	Estudantes com proficiência insuficiente em Matemática (níveis 1 e 2 da escala de proficiência)	2024	100%	48,18%		Atendeu
<b>Meta 6.</b> Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 100% (cem por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos estudantes da educação básica.	6.A	Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral.	2024	25%	22,82%	Meta executada referente ao período de 2021 (Sinopse Estatística da Educação Básica - INEP - Censo Escolar da Educação Básica) - Conforme informações da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME	Não atendeu
	6.B	Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares.	2024	50%	10,70%		Não atendeu
<b>Meta 7.</b> Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB.	7.A	Média do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental.	2024	6	6	Meta executada referente ao período de 2021 (Dado Oficial do INEP) - Conforme informações da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME	Atendeu
	7.B	Média do IDEB nos anos finais do ensino fundamental.	2024	5,5	5,1		Não atendeu
	7.C	Média do IDEB do ensino médio.	2024	5,2	-		Não oferecemos
<b>Meta 8.</b> Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.	8.A	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade	2024	12 anos	12,1	Meta executada referente ao período de 2021 (Dado Oficial do INEP e IBGE - SC) - Conforme informações da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME	Atendeu
	8.B	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente na área rural	2024	12 anos	11,5		Atendeu
	8.C	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres.	2024	12 anos	-		Sem informação
	8.D	Razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos.	2024	100%	90,90%		Não atendeu



<b>Meta 9.</b> Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 96% (noventa e seis por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste Plano Municipal de Educação, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 60% (sessenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.	9.A	Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.	2024	100%	98,00%	Meta executada referente ao período de 2021 (Dado Oficial do INEP e IBGE - SC) - Conforme informações da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME	Não atendeu
	9.B	Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.	2024	9,2%	8,00%		Não atendeu
	10.A	Percentual de matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional.	2024	25%	0,00%		Não atendeu
<b>Meta 10.</b> Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.	11.C	Total de escolas que ofertam educação profissional de Ensino Médio no Município de Navegantes	2024	50%	0,00%	Sem informação	Não oferecemos
<b>Meta 11.</b> Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.	12.A	Taxa bruta de matrículas na educação superior.	2024	50%	32,20%	Meta executada referente ao período de 2020 (Dado Oficial do INEP) - Conforme informações da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME - O INEP ainda não publicou o Censo Nacional da Educação Superior - A informação é referente ao Estado de SC.	Não oferecemos
	12.B	Taxa líquida de escolarização ajustada na educação superior.	2024	33%	29,10%		Não oferecemos
<b>Meta 12.</b> Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.	13.A	Percentual de docentes com Mestrado ou Doutorado na Educação Superior.	2024	75%	81,43%	Meta executada referente ao período de 2020 (Dado Oficial do INEP) - Conforme informações da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME - O INEP ainda não publicou o Censo Nacional da Educação Superior - A informação é referente ao Estado de SC.	Não oferecemos
	13.B	Percentual de docentes com Doutorado na Educação Superior.	2024	35%	41,22%		Não oferecemos
<b>Meta 13.</b> Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35%							

(trinta e cinco por cento) doutores.							
<b>Meta 14.</b> Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.	14.A	Número de títulos de mestrado concedidos por ano.	2024	1.000		Sem informação	Não oferecemos
	14.B	Número de títulos de doutorado concedidos por ano.	2024	150		Sem informação	Não oferecemos
<b>Meta 15.</b> Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado de Santa Catarina e o Município de Navegantes, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.	15.A	Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento que lecionam na Educação Básica.	2024	100%	93,39%	Meta executada referente ao período de 2021 (Sinopse Estatística da Educação Básica - INEP - Censo Escolar da Educação Básica) - Conforme informações da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME	Não atendeu
<b>Meta 16.</b> Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.	16.A	Percentual de Professores da Educação Básica com pós - graduação lato sensu ou stricto sensu na rede municipal	2024	50%	65,00%	Meta executada referente ao período de 2021 e a Educação Básica Municipal (Sinopse Estatística da Educação Básica - INEP - Censo Escolar da Educação Básica) - Não há dados publicizados quanto ao percentual exclusivo da Rede Municipal - Conforme informações da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME	Não atendeu
	16.B	Percentual de Professores da Educação Básica com pós - graduação lato sensu ou stricto sensu na rede Estadual	2024	100%	Sem informação	A Sinopse Estatística da Educação Básica publicada pelo INEP a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica não possui esse nível de desagregação de informações.	Não oferecemos
	16.C	Percentual de Professores da Educação Básica com pós - graduação lato sensu ou stricto sensu na rede Privada	2024	50%	Sem informação	A Sinopse Estatística da Educação Básica publicada pelo INEP a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica não possui esse nível de desagregação de informações.	Não oferecemos



	16.D	Percentual de docentes que participam de formação continuada.	2024	100%	100,00%	Informações da SME	Atendeu
<b>Meta 17.</b> Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste Plano Municipal de Educação.	17.A	Aplicação do limite mínimo de 60% - remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na rede municipal.	2024	60%	70,44%	Informações publicadas pelo TSC - SC referentes ao ano de 2021 - <a href="https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br/extensions/appGestorPublico/index.html">https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br/extensions/appGestorPublico/index.html</a> SIOPE (2021) - <a href="https://www.fn.de.gov.br/siope/demonstrativoFundebMunicipal.do?acao=pesquisar&amp;pag=result&amp;anos=2021&amp;periodos=6&amp;cod_uf=42&amp;municipios=421130&amp;g-recaptcha-response=03ANYolqu4TABgaVT8f08Xrdm58nbAskQjeV27FAxuhC0klg5hsxMLBJ4IGSxSQ_NXWwxbRQycGzhbgX9Lr4g45ghdhoFHfbgGnL8Eksjj97ERO6s84_DN5gLuTB2vZvseUhx38eAW5rnjN2zOEINanhmA7myhyq_8igBbwGZpZfl8rc0Uq1kchwR0F8n1xLl44-3tBezaMnF3DcMh9-X_qv82tfnYbBVifeC9pyae17Oa9wbvCFOW2Bz2Waf4HTvzNHOkOAOFO TYghFN7Nbbll16Q4OAOHnyHkFlhiHvLbBFV8nFnYRZeFisettygVzjkPhcSY5SdpRXdkEiy1nCTGZtdfmMz0Dr4BmnDycshLUPhs3S31-pBX9397N83B406eM2FJHmgcUKw-hz-vceV3XjfaMSYdjZ8FLksYZFRBOXsTLA_I9kXGOIKFG2N9dLbD2ZqsdYwrsNZBbl0wKQ1Hi7Lqy4meisZ6BGarDGqTmFzGI9bMIPuvPtcBZ8LmzLAg8JwYs_d_ZXcvNJflk3nQ4M-bhA">https://www.fn.de.gov.br/siope/demonstrativoFundebMunicipal.do?acao=pesquisar&amp;pag=result&amp;anos=2021&amp;periodos=6&amp;cod_uf=42&amp;municipios=421130&amp;g-recaptcha-response=03ANYolqu4TABgaVT8f08Xrdm58nbAskQjeV27FAxuhC0klg5hsxMLBJ4IGSxSQ_NXWwxbRQycGzhbgX9Lr4g45ghdhoFHfbgGnL8Eksjj97ERO6s84_DN5gLuTB2vZvseUhx38eAW5rnjN2zOEINanhmA7myhyq_8igBbwGZpZfl8rc0Uq1kchwR0F8n1xLl44-3tBezaMnF3DcMh9-X_qv82tfnYbBVifeC9pyae17Oa9wbvCFOW2Bz2Waf4HTvzNHOkOAOFO TYghFN7Nbbll16Q4OAOHnyHkFlhiHvLbBFV8nFnYRZeFisettygVzjkPhcSY5SdpRXdkEiy1nCTGZtdfmMz0Dr4BmnDycshLUPhs3S31-pBX9397N83B406eM2FJHmgcUKw-hz-vceV3XjfaMSYdjZ8FLksYZFRBOXsTLA_I9kXGOIKFG2N9dLbD2ZqsdYwrsNZBbl0wKQ1Hi7Lqy4meisZ6BGarDGqTmFzGI9bMIPuvPtcBZ8LmzLAg8JwYs_d_ZXcvNJflk3nQ4M-bhA</a>	Atendeu
	17.B	Aplicação do limite mínimo de 60% - remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na rede estadual	2024	60%	82,59%	SIOPE - <a href="https://www.fn.de.gov.br/siope/demonstrativoFundebEstadual.do?acao=pesquisar&amp;pag=result&amp;ano=2021&amp;periodo=6&amp;cod_uf=42&amp;g-recaptcha-response=03ANYolquNPdrGDqEXeBA5WU8_PseFE62zLE78pux8Hthgve3cDq03GQPUFIHaLSec6od_ovXBbfrCIYtoHQuEd3VPAX8gNpTt2d1hK2zBoEGWrijpEJPhjbXYTop9P3FgJ0IabM8SV_WOEdsYZmCKsdJcEgihU6LE5D6zktf-Z0Sjcdaa3znj2fd0NifzP52zwlQGQJ7VgVryuvYICDsm6bLRNghzYOVRp3WZcAl2bLjDtroPF3InFlu3ES_UxHQsSmLtkZxygKgpdKyAtFD3duOqlFvdjRbIznqH7xeJx2fASxTfI-8A3SWR7HUN_npm127AwCeHV0m9fLLZMq6amMfDIYJH6_zmQDAyla60MuzjgvtxBgEw9IfE7MATTX4oR4qVb_vHUbUFREHfoS2gnlPyvq70GP5hUJGPdOwtjdjgRXmThOY9JY1BNoaKHpWAnh94-bz_NAlpqnOMslyv1rTl1L91Qfu7Xlw16coARwNzK-eNnojCE-QM7WhruwWYHz8SUTobPG7dlmxFCe0n3OowuUHsQAFQ">https://www.fn.de.gov.br/siope/demonstrativoFundebEstadual.do?acao=pesquisar&amp;pag=result&amp;ano=2021&amp;periodo=6&amp;cod_uf=42&amp;g-recaptcha-response=03ANYolquNPdrGDqEXeBA5WU8_PseFE62zLE78pux8Hthgve3cDq03GQPUFIHaLSec6od_ovXBbfrCIYtoHQuEd3VPAX8gNpTt2d1hK2zBoEGWrijpEJPhjbXYTop9P3FgJ0IabM8SV_WOEdsYZmCKsdJcEgihU6LE5D6zktf-Z0Sjcdaa3znj2fd0NifzP52zwlQGQJ7VgVryuvYICDsm6bLRNghzYOVRp3WZcAl2bLjDtroPF3InFlu3ES_UxHQsSmLtkZxygKgpdKyAtFD3duOqlFvdjRbIznqH7xeJx2fASxTfI-8A3SWR7HUN_npm127AwCeHV0m9fLLZMq6amMfDIYJH6_zmQDAyla60MuzjgvtxBgEw9IfE7MATTX4oR4qVb_vHUbUFREHfoS2gnlPyvq70GP5hUJGPdOwtjdjgRXmThOY9JY1BNoaKHpWAnh94-bz_NAlpqnOMslyv1rTl1L91Qfu7Xlw16coARwNzK-eNnojCE-QM7WhruwWYHz8SUTobPG7dlmxFCe0n3OowuUHsQAFQ</a>	Atendeu
<b>Meta 18.</b> Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.	18.A	Valor absoluto do piso na classe inicial da carreira do magistério no plano de carreira na rede municipal de ensino.	2024	100%	100,00%		Atendeu
	18.B	Valor absoluto do piso na classe inicial da carreira do magistério no plano de carreira na rede estadual de ensino.	2024	100%	Sem informação	Sem informação	Não oferecemos
<b>Meta 19.</b> Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade	19.A	Nível 1 - Percentual das escolas municipais que, em geral, possuem porte inferior a 50 matrículas, funcionam em único turno, ofertam uma única etapa de ensino e apresentam a Educação Infantil ou os Anos Iniciais como etapa mais elevada.	2024	100%	27,70%	Informações publicadas pelo INEP a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica - <a href="https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola">https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola</a>	Não atendeu

escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.	19.B	Nível 1 - Percentual das escolas estaduais que, em geral, possuem porte inferior a 50 matrículas, funcionam em único turno, ofertam uma única etapa de ensino e apresentam a Educação Infantil ou os Anos Iniciais como etapa mais elevada.	2024	100%	0,00%	Informações publicadas pelo INEP a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica - <a href="https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola">https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola</a>	Não atendeu
	19.C	Nível 2 - Percentual das escolas municipais que, em geral, possuem porte entre 50 e 300 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas de ensino e apresentam a Educação Infantil ou os Anos Iniciais como etapa mais elevada.	2024	-	42,60%	Informações publicadas pelo INEP a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica - <a href="https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola">https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola</a>	Não atendeu
	19.D	Nível 2 - Percentual das escolas estaduais que, em geral, possuem porte entre 50 e 300 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas de ensino e apresentam a Educação Infantil ou os Anos Iniciais como etapa mais elevada.	2024	-	0,00%	Informações publicadas pelo INEP a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica - <a href="https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola">https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola</a>	Não atendeu
	19.E	Nível 3 - Percentual das escolas municipais que, em geral, possuem porte entre 50 e 500 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam os Anos Finais como etapa mais elevada.	2024	-	25,50%	Informações publicadas pelo INEP a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica - <a href="https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola">https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola</a>	Não atendeu
	19.F	Nível 3 - Percentual das escolas estaduais que, em geral, possuem porte entre 50 e 500 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam os Anos Finais como etapa mais elevada.	2024	-	14,30%	Informações publicadas pelo INEP a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica - <a href="https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola">https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola</a>	Não atendeu
	19.G	Nível 4 - Percentual das escolas municipais que, em geral, possuem porte entre 150 e 1000 matrículas, funcionam em 2 ou 3 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam o Ensino Médio, a Educação	2024	-	2,10%	Informações publicadas pelo INEP a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica - <a href="https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola">https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola</a>	Não atendeu

		Profissional ou a EJA como etapa mais elevada.					
	19.H	Nível 4 - Percentual escolas estaduais que, em geral, possuem porte entre 150 e 1000 matrículas, funcionam em 2 ou 3 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam o Ensino Médio, a Educação Profissional ou a EJA como etapa mais elevada.	2024	-	71,40%	Informações publicadas pelo INEP a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica - <a href="https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola">https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola</a>	Não atendeu
	19.I	Nível 5 - Percentual das escolas municipais que, em geral, possuem porte entre 150 e 1000 matrículas, funcionam em 3 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam a EJA como etapa mais elevada.	2024	-	2,10%	Informações publicadas pelo INEP a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica - <a href="https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola">https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola</a>	Não atendeu
	19.J	Nível 5 - Percentual das escolas estaduais que, em geral, possuem porte entre 150 e 1000 matrículas, funcionam em 3 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam a EJA como etapa mais elevada.	2024	-	14,30%	Informações publicadas pelo INEP a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica - <a href="https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola">https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola</a>	Não atendeu
	19.K	Nível 6 - Percentual das Escolas municipais que, em geral, possuem porte superior a 500 matrículas, funcionam em 3 turnos, com oferta de 4 ou mais etapas de ensino e apresentam a EJA como etapa mais elevada.	2024	-	0,00%	Informações publicadas pelo INEP a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica - <a href="https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola">https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola</a>	Não atendeu
	19.L	Nível 6 - Percentual das Escolas estaduais que, em geral, possuem porte superior a 500 matrículas, funcionam em 3 turnos, com oferta de 4 ou mais etapas de ensino e apresentam a EJA como etapa mais elevada.	2024	-	0,00%	Informações publicadas pelo INEP a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica - <a href="https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola">https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola</a>	Não atendeu
<b>Meta 20.</b> Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7%	20.A	Percentual do limite constitucional na educação na rede municipal	2024	25%	28,95%	Informação publicada pelo TCE - SC referente ao ano de 2021 - <a href="http://servicos.tce.sc.gov.br/sic/home.php?id=421130&amp;idmenu=municipio&amp;menu=limite-constitucional-educacao">http://servicos.tce.sc.gov.br/sic/home.php?id=421130&amp;idmenu=municipio&amp;menu=limite-constitucional-educacao</a>	Atendeu

(sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.	20.B	Percentual do limite constitucional na rede Estadual	2024	25%	27,40%	Prestação de Contas do Governo do Estado de Santa Catarina relativas ao exercício de 2021 - @PCG 22/00044040 - <a href="https://www.tcesc.tc.br/sites/default/files/2022-06/1.%20PCG_2200044040_%20Relat%C3%B3rio%20Relator_Final1Capa.pdf">https://www.tcesc.tc.br/sites/default/files/2022-06/1.%20PCG_2200044040_%20Relat%C3%B3rio%20Relator_Final1Capa.pdf</a>	Não oferecemos
	20.C	Aplicação do limite na rede municipal máximo de 40% - demais despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino.	2024	40%	29,56%	Informações publicadas pelo TSC - SC referentes ao ano de 2021 - <a href="https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br/extensions/appGestorPublico/index.html">https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br/extensions/appGestorPublico/index.html</a> SIOPE (2021) - <a href="https://www.fn.de.gov.br/siope/demonstrativoFundebMunicipal.do?acao=pesquisar&amp;pag=result&amp;anos=2021&amp;periodos=6&amp;cod_uf=42&amp;municipios=421130&amp;g-recaptcha-response=03ANYolqu4TABgaVT8f08Xrdm58nbAskQjeV27FAxuhC0klg5hsxMLBJ4IGSxSQ_NXWwxbRQycGzhbgX9Lr4g45ghdhoFHfbgGnL8Eksjj97ERO6s84_DN5gLuTB2vZvseUhhX38eAW5rnjN2zOEINanhmA7myhyq_8igBbwGZpZfl8rc0Uq1kchwR0F8n1xLl44-3tBezaMnF3DcMh9-X_qv82tfnYbBVifeC9pyae17Oa9wbvCFOW2Bz2Waf4HTvzNHpOkOAOFdOTYghFN7Nbbll16Q4OAOHnyHkFlhiHvLbBFv8nffnYRZeFisettygVZjKPhcSY5SdpRXdkEiy1nCTGZtdfmMz0Dr4BmnDycshLUPhs3531-pBX9397NB358406eM2FijHmgcUKw-hz-vceV3XjfaMSYdjZ8FLksYZfRBOXksTLA_I9kXGOIKFG2N9dLbD2ZqsdYwrsnZBbl0wKQ1Hi7Lqy4meisZ6BGardGqTmFzGI9bMIPuvPTcBZ8LmzLAg8JwYs_d_ZXcvNjflk3nQ4M-bhA">https://www.fn.de.gov.br/siope/demonstrativoFundebMunicipal.do?acao=pesquisar&amp;pag=result&amp;anos=2021&amp;periodos=6&amp;cod_uf=42&amp;municipios=421130&amp;g-recaptcha-response=03ANYolqu4TABgaVT8f08Xrdm58nbAskQjeV27FAxuhC0klg5hsxMLBJ4IGSxSQ_NXWwxbRQycGzhbgX9Lr4g45ghdhoFHfbgGnL8Eksjj97ERO6s84_DN5gLuTB2vZvseUhhX38eAW5rnjN2zOEINanhmA7myhyq_8igBbwGZpZfl8rc0Uq1kchwR0F8n1xLl44-3tBezaMnF3DcMh9-X_qv82tfnYbBVifeC9pyae17Oa9wbvCFOW2Bz2Waf4HTvzNHpOkOAOFdOTYghFN7Nbbll16Q4OAOHnyHkFlhiHvLbBFv8nffnYRZeFisettygVZjKPhcSY5SdpRXdkEiy1nCTGZtdfmMz0Dr4BmnDycshLUPhs3531-pBX9397NB358406eM2FijHmgcUKw-hz-vceV3XjfaMSYdjZ8FLksYZfRBOXksTLA_I9kXGOIKFG2N9dLbD2ZqsdYwrsnZBbl0wKQ1Hi7Lqy4meisZ6BGardGqTmFzGI9bMIPuvPTcBZ8LmzLAg8JwYs_d_ZXcvNjflk3nQ4M-bhA</a>	Atendeu
	20.D	Aplicação do limite na rede estadual máximo de 40% - demais despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino.	2024	40%	17,41%	SIOPE - <a href="https://www.fn.de.gov.br/siope/demonstrativoFundebEstadual.do?acao=pesquisar&amp;pag=result&amp;ano=2021&amp;periodo=6&amp;cod_uf=42&amp;g-recaptcha-response=03ANYolquNPdrGDqEXeBAsWU8_PseFE62zLE78puxB8Hthgve3cDq03GQUPFIHaLSec6od_ovXBbfrCIYtoHQuEd3VPAX8gNpTt2d1hK2zBoEGWjrjPEjPhjbXYTop9P3FgJ0labM85V_WOEdsYZmCKsdJcFgihU6LeL5D6zktf-Z0Sjcdaa3znJ2fd0NifZpS2zwLqGQJ7VgVryuvYICDsm6bLRNghlzYOvRp3WZcAL2bLjDtroPF3iNnFlu3ES_UxHqSsmLtkZxygKgpdKyAtFD3duOqlfVdJrbIznqH7xeJx2fASxTFI-8A3SWR7HUN_npm1Z7AwCeHV0m9fLLZMq6amMfDIYjH6_zmQDAyla60MuzjgvtbBgEw9IfE7MATTX4oR4qVb_vHUBUFREHfoS2gnlPyvq70GP5hUjGPdOwtjdjgRXmThOY9JY1BNoaKHpWAnh94-bz_NAlpqnOMslyv1rTl1L91Qfu7Xlw16coARwNzK-eNnojce-QM7WWhruwWYHz8SUTobPG7dImxFCeon3OowuUHsQAFQ">https://www.fn.de.gov.br/siope/demonstrativoFundebEstadual.do?acao=pesquisar&amp;pag=result&amp;ano=2021&amp;periodo=6&amp;cod_uf=42&amp;g-recaptcha-response=03ANYolquNPdrGDqEXeBAsWU8_PseFE62zLE78puxB8Hthgve3cDq03GQUPFIHaLSec6od_ovXBbfrCIYtoHQuEd3VPAX8gNpTt2d1hK2zBoEGWjrjPEjPhjbXYTop9P3FgJ0labM85V_WOEdsYZmCKsdJcFgihU6LeL5D6zktf-Z0Sjcdaa3znJ2fd0NifZpS2zwLqGQJ7VgVryuvYICDsm6bLRNghlzYOvRp3WZcAL2bLjDtroPF3iNnFlu3ES_UxHqSsmLtkZxygKgpdKyAtFD3duOqlfVdJrbIznqH7xeJx2fASxTFI-8A3SWR7HUN_npm1Z7AwCeHV0m9fLLZMq6amMfDIYjH6_zmQDAyla60MuzjgvtbBgEw9IfE7MATTX4oR4qVb_vHUBUFREHfoS2gnlPyvq70GP5hUjGPdOwtjdjgRXmThOY9JY1BNoaKHpWAnh94-bz_NAlpqnOMslyv1rTl1L91Qfu7Xlw16coARwNzK-eNnojce-QM7WWhruwWYHz8SUTobPG7dImxFCeon3OowuUHsQAFQ</a>	Não oferecemos

Metas com base no PNE:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/ou>

<https://www.observatoriodopne.org.br/>

<https://leismunicipais.com.br/a1/sc/n/navegantes/lei-complementar/2015/25/245/lei-complementar-n-245-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-de-navegantes?q=245+de+17+de+junho+de+2015>

- O Plano Municipal de Educação estabeleceu diversos indicadores para avaliar o cumprimento das metas estabelecidas e, conseqüentemente, mensurar o atendimento aos objetivos propostos para a educação municipal em consonância com o Plano Nacional de Educação. Dos dados acima, é possível inferir que o Município cumpriu algumas metas ao mesmo tempo que descumpriu outras. A Secretaria Municipal de Educação, juntamente com o conselho e profissionais envolvidos estão trabalhando no sentido de atingir as metas estabelecidas no referido Plano, propondo mudanças e melhorias com o intuito de qualificar e universalizar cada vez mais o ensino público municipal.

## XXII - Outras informações previamente solicitadas pelo Tribunal de Contas.

- Não foram solicitadas outras informações.

## XXIII – Conclusão

- Considerando que o trabalho realizado na forma de coleta de dados no exercício de 2022 dos Órgãos Setoriais, em conformidade com o Decreto nº 591/2006, Decreto nº 351/2017 e Instrução Normativa



nº 003/2018, para um acompanhamento por parte do Sistema de Controle Interno do Município de Navegantes, revelou irregularidades e falhas de ordem formal sem prejuízo ao Erário;

- Considerando os resultados das auditorias internas realizadas durante o exercício;
- Considerando, que foi apurado superávit financeiro em cada uma das fontes de recursos, garantindo o atendimento ao princípio do equilíbrio de caixa;
- Considerando, que foi apurado um superávit na execução orçamentária;
- Considerando, o cumprimento dos limites de gastos com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo;
- Considerando, as medidas adotadas para a cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa;
- Considerando, o cumprimento dos gastos mínimos com manutenção e desenvolvimento do ensino;
- Considerando, o cumprimento dos gastos mínimos em ações e serviços públicos de saúde;
- Considerando o cumprimento dos limites de endividamento;
- Considerando, o cumprimento dos princípios fundamentais de contabilidade na execução orçamentária, financeira e patrimonial; e
- Considerando, que os créditos adicionais atenderam ao princípio da legalidade, a SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES CONCLUI POR ENTENDER REGULARES AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022, PORÉM ALERTA PARA A NECESSIDADE DE MEDIDAS PARA CORRIGIR E PREVINIR AS FALHAS E IRREGULARIDADES EVIDENCIADAS NAS AUDITORIAS INTERNAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO.

Navegantes, 28 de fevereiro de 2023.





---

Fernando Sedrez Silva  
Secretário de Gestão e Controle

Atesto para todos os fins, que tomei conhecimento das conclusões do parecer emitido pela Secretaria de Gestão e Controle do Município sobre as contas do exercício de 2022.

Navegantes, 28 de fevereiro de 2023.

---

Libardoni Lauro Claudino Fronza  
Prefeito

